

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – DCJ**  
**CURSO DE DIREITO**

**TÂMARA GOMES CIRILO**

**OS EFEITOS SUCESSÓRIOS DA MULTIPARENTALIDADE NA FAMÍLIA**  
**MOSAICO**

**SANTA RITA**

**2018**

**TÂMARA GOMES CIRILO**

**OS EFEITOS SUCESSÓRIOS DA MULTIPARENTALIDADE NA FAMÍLIA  
MOSAICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Direito do Centro de Ciências  
Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba,  
como exigência parcial da obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos  
Santos

**SANTA RITA**

**2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C578e Cirilo, Tamara Gomes.

Os Efeitos Sucessórios da Multiparentalidade na Família  
Mosaico / Tamara Gomes Cirilo. - João Pessoa, 2018.  
55 f.

Orientação: Ronaldo dos Santos.

Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA.

1. "Família Mosaico". 2. "Multiparentalidade". 3.  
"Efeitos Sucessórios". I. dos Santos, Ronaldo. II.  
Título.

UFPB/BC

**TÂMARA GOMES CIRILO**

**OS EFEITOS SUCESSÓRIOS DA MULTIPARENTALIDADE NA FAMÍLIA  
MOSAICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Direito do Centro de Ciências  
Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba,  
como exigência parcial da obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos  
Santos

Banca Examinadora:

Data de Aprovação: \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos Santos (Orientador)

---

Prof. SEGUNDO(A) PROFESSOR(A)

---

Prof. TERCEIRO(A) PROFESSOR(A)

**SANTA RITA**

**2018**

Dedico este trabalho ao meu pai, pelo seu imenso amor ao conhecimento e ter sido essencial a minha formação acadêmica, mesmo não estando presente fisicamente, sempre fora meu grande incentivador.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a **Deus** pela oportunidade de concretizar mais um sonho em meio a tantas dificuldades.

Ao meu orientador, professor Dr. **Ronaldo Alencar dos Santos**, pela confiança, respeito para com minhas ideias, amizade e paciência ao longo dessa trajetória.

Aos **professores** do Departamento de Ciências Jurídicas de Santa Rita pelos conhecimentos que me foram passados.

A minha **família** pelo apoio e companheirismo.

Ao meu filho, **João Vicente**, por ser minha grande motivação.

Aos **amigos** por não desistirem de mim, devido à ausência a tantos encontros.

Aos **servidores** do Departamento de Ciências Jurídicas de Santa Rita pela colaboração.

*“Qualquer coisa que encoraje o  
crescimento de laços emocionais tem  
que servir contra as guerras.”*

*(SIGMUND FREUD)*

## RESUMO

A Constituição Federal de 1988 ao dedicar um capítulo específico para a proteção da instituição familiar, eleva-a, enquanto bem jurídico, ao patamar de um importante espaço de desenvolvimento dos indivíduos, reconhecendo, por conseguinte, a existência de uma pluralidade de formas de sua constituição. É nesse diapasão que surge a família mosaico, como uma das tantas tipologias familiares agora reconhecidas pelo ordenamento e cuja grande característica é a recomposição afetiva que a constitui. Ou seja: a família mosaico é aquela na qual seus membros advêm de outros relacionamentos anteriores, malsucedidos, dos quais pelo menos um deles traz consigo um filho (ou mais). Nesse sentido, não há terreno mais oportuno para a aplicação do fenômeno da multiparentalidade – que consiste na atribuição, à mesma pessoa, de vários vínculos de filiação, seja pelo critério jurídico, biológico ou socioafetivo; é dizer que o indivíduo pode possuir dois pais ou duas mães, por exemplo. É justamente da igualdade entre os mencionados critérios de filiação – e não da prevalência de um sobre o outro – que surge a multiparentalidade – também chamada de pluriparentalidade – tendo em vista que todos eles podem cumular-se no mesmo indivíduo. É também a partir dessa igualdade material que surge a constatação de que a multiparentalidade deve produzir os idênticos efeitos da parentalidade unitária tradicional – incluídos, portanto os direitos sucessórios. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar sobre quais bases jurídico-normativas se assentam os efeitos sucessórios da família mosaico, para a partir disso, delimitar o campo de sua extensão e proteção quanto aos entes familiares que a compõem. Constitui no fruto de uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico e documental, e que se propõe a responder a seguinte questão: Quais os efeitos sucessórios resultantes da dissolução da família Mosaico? Dessa forma, conclui-se que entre a multiparentalidade e a família mosaico, existe uma relação de complementaridade: aquela funciona como o reconhecimento jurídico da realidade fática que é a segunda, como verdadeiro pressuposto para a compreensão integral da família reconstituída. Desse modo, a jurisprudência vem se inclinando para a aceitação do citado fenômeno, sobretudo após o julgamento do RE 898.060 pelo STF, atribuindo os direitos sucessórios nessas situações. Registre-se, no entanto, que, em decorrência do citado fenômeno ser mais construção doutrinária e jurisprudencial do que propriamente legislativa, a aplicação adequada de efeitos necessita de uma interpretação comprometida com os princípios constitucionais e direitos fundamentais, sob pena de restringir, injustificadamente, mais um importante mecanismo de acesso a direitos – sobretudo sucessórios – dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Família mosaico. Multiparentalidade. Efeitos sucessórios.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 FAMÍLIA MOSAICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 A família no ordenamento brasileiro .....	15
2.2 Entre os tipos de família, a mosaico (ou reconstituída) .....	19
<b>3 A QUESTÃO DA MULTIPARENTALIDADE NO BRASIL.....</b>	<b>25</b>
3.1 Multiparentalidade: conceito e posição no ordenamento jurídico brasileiro .....	29
3.2 A multiparentalidade na família mosaico .....	34
<b>4 O RECONHECIMENTO DE DIREITOS SUCESSÓRIOS PELA MULTIPARENTA- LIDADE NA FAMÍLIA MOSAICO.....</b>	<b>37</b>
4.1 Efeitos sucessórios da multiparentalidade na família mosaico.....	40
4.2 O olhar jurisprudencial sobre o tema .....	44
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A instituição familiar possui, sem dúvida, importância proeminente no desenvolvimento da história da humanidade. Ela funciona não apenas como pano de fundo sobre o qual grandes mudanças ocorreram, mas constituindo, ela mesma, elemento ativo de transformação, ora refletindo tais modificações, ora protagonizando e impulsionando diretamente diversas alterações relevantes no curso dos povos.

É justamente dessa constatação que surge a relevância do estudo acerca do citado instituto. A família, enquanto entidade intrinsecamente ligada à criação, sobrevivência e formação de indivíduos, não permanece indiferente às mudanças ocorridas na sociedade. Ao revés, como adiante será delineado, as acompanha simultaneamente, tendo seu significado profundamente alterado no decorrer histórico e representando espaço essencial de reconhecimento de direitos fundamentais.

Nesse sentido, o presente estudo se inicia na compreensão das grandes variações experimentadas pelo instituto familiar. Partindo de um substrato, inicialmente, patriarcal, patrimonialista e religioso, o conceito de família acaba por transmutar-se numa essência de solidariedade e respeito entre seus membros. No âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, foi com a Constituição Federal de 1988 que tal transformação se deu de forma substancial, sendo reservado, no texto constitucional, capítulo específico para seu tratamento e consagrada, de forma inédita, uma efetiva proteção à família.

Aliás, a Constituição de 88 garantiu à família não apenas amparo e segurança para sua adequada formação; ademais, atribuiu também reconhecimento jurídico às mais variadas formações familiares existentes no seio social, cujas ocorrências, não obstante há muito serem numerosas na concretude fática, não eram abarcadas pelo ordenamento. Há, assim, verdadeiro fortalecimento constitucional da pluralidade de instituições familiares, bem como a formação de todo um arcabouço principiológico próprio e especialmente aplicável ao instituto familiar.

É trilhando todo o percurso supracitado que a presente pesquisa se desenrola, explicando o contexto histórico que envolve tais mudanças, as alterações legais referentes ao instituto familiar no direito brasileiro, a consolidação do princípio da afetividade e o reconhecimento da pluralidade de entidades familiares para, finalmente, entender a família mosaico (também chamada de pluriparental ou reconstituída) e sua multiparentalidade inerente.

Apesar do reconhecimento constitucional e do extenso arcabouço jurídico-normativo relacionado a proteção das diversas formas de famílias, sobre a família mosaico ainda restam inúmeras dúvidas, em especial, quanto aos seus efeitos sucessórios. Não existe ainda uma visão definida nos tribunais ou doutrina acerca deste tema, o que o torna digno do interesse deste trabalho. De modo que, pergunta-se: quais os efeitos sucessórios resultantes da dissolução da família mosaico?

Dessa forma, o presente trabalho buscará analisar sobre quais bases jurídico-normativas se assentam os efeitos sucessórios da família mosaico, para a partir disso, delimitar o campo de sua extensão e proteção quanto aos entes familiares que a compõem.

Constitui fruto de uma pesquisa teórica feita sobre bases bibliográficas e documentais, levada a cabo a partir de um levantamento que relaciona obras da sociologia jurídica, psicologia jurídica e livros técnicos, bem como análises de decisões judiciais dos Egrégios Tribunais de Justiça dos Estados de Santa Catarina e Paraíba, devido à incidência do tema e atualidade dos posicionamentos destas Cortes. Sua abordagem é técnico-jurídica, visto que busca encontrar a resposta para o problema proposto numa interpretação sistemática e aberta do ordenamento jurídico pátrio, lendo as diversas normas que compõem o direito de família a partir do seu assentamento constitucional e principiológico. Possui cunho exploratório, quanto às suas finalidades, visto que busca elucidar questões não muito bem claras para a doutrina jurídica, bem como levantar hipóteses que servirão como possíveis respostas para o problema proposto.

## 2 FAMÍLIA MOSAICO

O conceito de família não permaneceu estanque diante das mudanças experimentadas pela sociedade na história. Ao revés, acompanhou cada passo destas, (re)construindo e (trans)formando seus contornos de acordo com o momento social vivido.

Inicialmente, constata-se que, desde os primórdios da humanidade, os indivíduos organizavam-se em grupos, sobretudo por questões de sobrevivência. A segurança e a necessidade de alimentação figuravam como elementos essenciais à permanência conjunta dos bandos, em meio ao contexto hostil e precário da *pré-história*. Afinal, “o ser humano possui uma inclinação intrínseca de conviver com seus semelhantes”<sup>1</sup>.

Nesse momento, no entanto, não obstante inexistirem informações mais precisas acerca da temática, verifica-se que tais agrupamentos em nada – ou muito pouco – se assemelham ao instituto hoje denominado por *família*. A poligamia e a poliandria, inclusive, eram fenômenos amplamente aceitos naquele período histórico, como bem enfatiza Frierich Engels<sup>2</sup>. Contudo, do ponto de vista antropológico, deve ser reconhecida a influência destas associações iniciais nesse processo, sobretudo na formação da noção de núcleo familiar e, mesmo, de sociedade como um todo.

A família é, portanto, a estrutura da sociedade e, enquanto instituição, propiciou o surgimento de todas as outras. Por intermédio da fala, o ser humano foi vagarosamente formando dialetos específicos de cada tribo, possibilitando a compreensão entre eles e estreitando sua convivência aos pares. As práticas sexuais preambulares quase sempre se davam entre os membros da própria tribo, permitindo a formação de uma grande família. Ulteriormente, com a evolução humana, as múltiplas tribos se uniam, ora por influência do meio e de modo natural, ora por guerras. Desta união formavam as cidades, as quais, nos mais das vezes, era a representação de uma verdadeira sociedade.<sup>3</sup>

O termo *família*, por seu turno, tem origem na Antiguidade, dentro da sociedade romana. Advém da expressão *famulus*, que representava “o conjunto dos escravos

<sup>1</sup> CARDOSO, G. M.; BRAMBILLA, P.; et. al. A evolução histórica da instituição familiar e o conceito de família. In:

ENCONTRO TOLEDO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PROF. DR. SEBASTIÃO JORGE CHAMMÉ. 11., 2015, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: SEER, 2015. Disponível em: < <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/view/4951/4812>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2018, p. 2.

<sup>2</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global Editora, 1986, p. 66.

<sup>3</sup> CARDOSO; BRAMBILLA, op. cit., p. 2-3.

pertencentes a um mesmo homem”<sup>4</sup>. Como se pode constatar, portanto, trata-se de significado ainda bastante díspar do que hoje é atribuído ao referido termo, tendo em vista que, naquele contexto, a acepção relacionava-se mais aos escravos domésticos, agrupamento social emergente nas tribos latinas, escravocratas e atuantes na agricultura<sup>5</sup>. Todos esses escravos eram submissos ao *pater familias*, elemento central da sociedade romana da época.

Foi a ascensão da monogamia o processo histórico responsável pela centralização da relação conjugal na figura do casal, isoladamente considerado<sup>6</sup>. Há, primeiro, o matriarcado, sobretudo em virtude da grande dificuldade em definir o genitor de determinada criança, em decorrência do compartilhamento coletivo de parceiros sexuais nas tribos; desse modo, era a mãe a figura ancestral de referência. Em seguida, as famílias punaluanas urgem, consolidando a proibição do incesto e surgindo, daí, nas palavras de Rocha e Cury, “a clássica e típica formação de uma família (*filen-formation*), cujo traço característico era a exclusão do seio da comunidade familiar das relações, em princípio entre os irmãos carnis e, depois, também entre os irmãos mais afastados”<sup>7</sup>. Foi nesse momento, inclusive, que teria nascido o instituto da adoção.

Com essa nova forma de família, ficava mais fácil identificar os graus de parentesco, uma vez que as uniões não mais aconteciam no seio das famílias, mas sim, em diferentes comunidades familiares, com membros diversos, não ligados por laços de consanguinidade, dando origem a novos entes, contribuindo para a evolução e aumento da família.<sup>8</sup>

Com a inclusão de membros oriundos de outros grupos, a nova prole oriunda de uma parte estranha ao bando original passava também a exercer suas prerrogativas na tribo, até mesmo as ocupações referentes aos serviços e ofícios – elemento de extrema importância na época. Foi aí que ocorreu a restrição das relações da mulher a um parceiro sexual principal, a fim de tornar possível identificar a prole original deste.

A família sindiásmica aparece no limite entre o estado selvagem e a barbárie, no mais das vezes durante a fase superior do primeiro, apenas em certos lugares durante a fase inferior da segunda. É a forma de família característica da barbárie, como o matrimônio por grupos é a do estado mais selvagem e a monogamia é a da

<sup>4</sup> ENGELS, op. cit., p. 60.

<sup>5</sup> PIRES, Nadjara das Neves. **Multiparentalidade**: novas perspectivas para os arranjos familiares atuais. 2015. 73

p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)–Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 9.

<sup>6</sup> ENGELS, 1985, p. 60.

<sup>7</sup> ROCHA, J. S. C. F.; CURY, P. J. S.; ROCHA, R. F. Breve ensaio sobre família: da pré-história à contemporaneidade. In: **Revista Jus Populis**, Barretos, v. 1, n. 1, p. 243-268, jan./jun. 2015, p.249.

<sup>8</sup> Ibidem, loc. cit.

civilização. [...] na família sindiásmica o grupo ficava reduzido à sua última unidade, à sua molécula biatômica: um homem e uma mulher.<sup>9</sup>

Com a limitação da mulher e o consequente engrandecimento da figura masculina, este passa a concentrar não só o domínio de terras e animais, mas também das riquezas que porventura surgissem. A fim de assegurar que todos esses elementos fossem transferidos à própria prole após sua morte, o homem toma também para si a vocação hereditária. Rocha e Cury explicam que, “para tanto, necessitou derrubar as regras que estabeleciam essa ordem de vocação segundo o direito materno. Buscou-se a abolição desse direito, de forma que, essa mudança, talvez tenha sido a revolução mais importante vivida pela humanidade”<sup>10</sup>. Assim, da família sindiásmica, consolida-se o patriarcado, e é aqui que o casamento torna-se monogâmico.

Adotando a visão engeliana, Nadjara das Neves Pires sintetiza todo o processo supracitado:

De acordo com Engels, inicialmente as famílias eram consanguíneas, resultantes da relação matrimonial entre integrantes de um mesmo grupo. Na sequência, surgiram as famílias punaluanas, em que os casamentos eram realizados entre os grupos, com vedação das relações sexuais entre irmãos e irmãs. Este modelo de família foi sendo gradualmente substituído pela família sindiásmica, em que as uniões passaram a ter maior durabilidade, sendo ainda permitido o matrimônio grupal. Aqui, a família não tinha por base as relações entre indivíduos, ocorria num sistema de acasalamentos entre pessoas com certo grau de parentesco.

(...)

Por fim, em algumas famílias sindiásmicas começou a surgir a noção de monogamia, em que homem e mulher, por intermédio do casamento, originavam a prole.<sup>11</sup>

Na Idade Média, a aproximação entre Igreja e Estado introduz também, no casamento, instituição familiar mais tradicional, conotações religiosas. Desse modo, “a família passou a ser completamente regulada pelo Direito Canônico, devido à grande influência da Igreja Católica sobre o Estado. O casamento passou a ser considerado um sacramento, sendo indissolúvel e voltado à finalidade de procriação”<sup>12</sup>. Aliás, não raro ainda se visualiza aceções semelhantes na atualidade.

Com a eclosão da Revolução Industrial, no entanto, houve uma profunda mudança de perspectiva acerca do instituto da família. Isso porque, a partir dela, a família deixa de ser a unidade produtiva, sendo fortemente influenciada pelas mudanças sociais decorrentes do

<sup>9</sup> ENGELS, 1986, p. 65.

<sup>10</sup> ROCHA, J. S. C. F.; CURY, P. J. S.; ROCHA, 2015, p. 252.

<sup>11</sup> PIRES, 2015, p. 9-10.

<sup>12</sup> RENDWANSKI, Marina Rodrigues. **O conceito jurídico de família a partir da pluralidade de figuras existentes**

**no ordenamento brasileiro atual**. 2012. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)– Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 7.

progressivo uso das máquinas e do crescimento das cidades. Há, aqui, a desestabilização do núcleo familiar, devido, sobretudo, à introdução da mulher no ambiente fabril e à necessidade de permanência dos indivíduos em lugares próximos às fábricas, em decorrência da jornada extenuante de trabalho.

A Revolução Industrial trouxe a revolução econômica que desencadeou a revolução social e por via de consequência, a alteração na concepção da família. O êxodo rural, com a consequente e natural concentração urbana; o afastamento constante e diário da mulher dos filhos, pelo seu deslocamento para tarefas em fábricas e outros tantos fatores, acabaram por reestruturar a família, dando-lhe um novo dimensionamento, dividindo-a em vários núcleos, a partir da assunção de responsabilidades próprias e o afastamento natural dos parentes. Estes fatores tiveram contribuição importante na implosão do modelo patriarcal da família e para a emancipação da mulher, que passou a ter acesso à educação e ao mercado de trabalho.<sup>13</sup>

Dali em diante, a configuração familiar nunca mais seria a mesma, pois a “industrialização colocou em xeque a divisão sexual do trabalho tradicional, que mantinha o modelo nuclear de família”<sup>14</sup>. Amplia-se a independência de cada um dos membros da família, seguida da consequente fluidez dos vínculos familiares. Eduardo dos Santos resume de modo objetivo e categórico o novo contexto que passa a se formar:

A vida industrial e a concentração das fábricas despovoam as aldeias. O homem abala sozinho da aldeia em busca de melhor emprego. E acaba, tantas vezes, por se afastar mais e mais da família. Os laços familiares afrouxam. A mulher experimenta, na sociedade industrial, iguais oportunidades de trabalho. Sai do âmbito fechado do lar doméstico. Trabalha na fábrica ou no escritório. Conquista sentimentos de dignidade e de individualidade. Torna-se menos permeável aos sofrimentos do matrimônio. As recentes crises econômicas obrigam à limitação da prole. Muitos casais evitam ter filhos. Fogem à função geneonômica da família, qual é a de perpetuar a espécie humana. E as legislações vão igualando formalmente ambos os cônjuges.<sup>15</sup>

É nessa perspectiva que novas formas de família passam a surgir, ultrapassando o conceito tradicional do lócus familiar como sendo apenas “marido-esposa-filhos”. Globalização, avanço tecnológico e os movimentos feministas são alguns dos tantos elementos decisivos para o rompimento e avanço da acepção familiar como algo estanque e fechado em si mesmo, a fim de abarcar a realidade do contexto social em seu seio.

O casamento, igualmente, deixa de prevalecer como necessário elemento delimitador do que seria, ou não, família. “As novas estruturas de convívio foram se reestruturando de tal maneira que as famílias se tornaram pluralizadas, enfocando principalmente a afetividade”<sup>16</sup>,

<sup>13</sup> ROCHA, J. S. C. F.; CURY, P. J. S.; ROCHA, 2015, p. 245.

<sup>14</sup> BRITO, Laura Souza Lima e. Família e parentesco: direito e antropologia. In: **Revista Discente Direito GV**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 76-92, jul./13, p. 82.

<sup>15</sup> SANTOS, Eduardo dos. **Direito de Família**. Coimbra: Livraria Almedina, 1999, p. 26.

<sup>16</sup> SCHAUREN, M. L.; BERTANI, B. C. Registro civil dos filhos oriundos de família multiparental. In: **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 5, n. 2, p. 65-78, 2013, p. 66.

sendo este o elemento definidor da família atualmente: o vínculo afetivo. E também o direito e a legislação não poderiam se manter distantes das transformações operadas na sociedade.

A unidade familiar, sob o prisma social e jurídico, não mais tem como baluarte exclusivo o matrimônio. A nova família estrutura-se independentemente das núpcias. Coube à ciência jurídica acompanhar legislativamente essas transformações sociais (...) <sup>17</sup>

No Brasil, ademais, não foi diferente. O ordenamento jurídico brasileiro sofreu também, diretamente, a influência de cada momento histórico vivenciado pela sociedade, até chegar ao atual estágio de reconhecimento de variados arranjos familiares. É o que adiante se passa a analisar.

## 2.1 A FAMÍLIA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

O surgimento de novos arranjos familiares, após as sucessivas transformações sociais vivenciadas pela humanidade, emerge como fenômeno inevitável e necessário. O direito de família, nesse diapasão, precisou amoldar-se a tais experiências, compreendendo a marcha histórica e sua capacidade de alteração das relações.

Também o Brasil vivenciou de perto cada passo dessa alteração conceitual. Aliás, também aqui a legislação sobre a família nasceu conservadora e refletindo os valores familiares mais tradicionais. Quando da chegada dos portugueses ao território brasileiro, a instituição familiar que passou a se formar refletia aquela mesma europeia daquele período, qual seja, “monogâmica, patriarcal, hierárquica e patrimonialista” <sup>18</sup>. É essa a configuração que permanece durante todo o período colonial, sendo agravada, ainda, pela “grande influência do cristianismo no Estado desde os primórdios da história brasileira, que levou o legislador a reconhecer como família apenas as uniões formadas pelo matrimônio – sacramento indissolúvel da Igreja” <sup>19</sup>.

Marina Rodrigues Rendwanski sintetiza, em poucas palavras, todo esse desenrolar histórico, até a entrada em vigor do Código Civil de 1916:

No Brasil, durante o período colonial, vigoraram as Ordenações Filipinas, para as quais a única entidade familiar existente era o casamento, o qual deveria atender aos princípios do Direito Canônico, como a indissolubilidade. Tais preceitos religiosos foram mantidos até 1890, quando o Decreto nº 181, de autoria de Rui Barbosa, passou a considerar como único casamento válido aquele realizado pelas autoridades

---

<sup>17</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: direito de família. São Paulo: Atlas, 2013, p. 6.

<sup>18</sup> PIRES, 2015, p. 11.

<sup>19</sup> RENDWANSKI, 2012, p. 10.



civis e relativizou a indissolubilidade do matrimônio, permitindo a separação de corpos. Referido Decreto vigorou até a promulgação do Código Civil de 1916, o qual manteve a característica patriarcal da família brasileira, incluindo a mulher casada no rol dos indivíduos relativamente incapazes. O Código de 1916 consagrou, ainda, o casamento como o único instituto jurídico formador da família, inadmitindo sua dissolução – permitia apenas o ato então denominado desquite, o qual não rompia integralmente o vínculo matrimonial – e ignorando a importância do afeto em tais relações.<sup>20</sup>

Desse modo, o Código Civil de 1916 representou pouca – ou quase nenhuma – evolução do conceito de família no ordenamento brasileiro. Ao revés, a própria figura do casamento confundia-se com a instituição familiar, tanta foi a importância atribuída ao matrimônio – que era indissolúvel, registre-se, pois havia somente o chamado desquite, elemento incapaz de encerrar o vínculo conjugal.

Ademais, o CC/16 tratava de modo desigual também os filhos havidos fora do casamento, ditos *ilegítimos*; sequer lhes era assegurado o reconhecimento de paternidade. Tratava-se, em verdade, de uma legislação profundamente distante da realidade social. “Durante todo esse período, o modelo de família imposto pelo legislador não constituiu um reflexo fidedigno da realidade, pois a pluralidade de arranjos familiares sempre existiu, apenas não recebia a proteção do Estado”<sup>21</sup>.

No âmbito constitucional, verifica-se alguma proteção à família, de modo um pouco mais abrangente e menos cerrado apenas nas Constituições da era social do Estado brasileiro, quais sejam, as de 1934 a 1988. Registre-se, porém, que foi somente com a Carta Magna de 1988, a Constituição Cidadã, que houve um tratamento jurídico mais protetivo e amplo à família. Mas não é só: também o reconhecimento de status familiar à união estável, bem como à comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, constitui, sem dúvida, algo inédito nas codificações constitucionais que, em algum momento, vigoraram no Brasil. Nas palavras de Venosa, a “Constituição de 1988 representou, sem dúvida, o grande divisor de águas do direito privado, especialmente, mas não exclusivamente, nas normas de direito de família”<sup>22</sup>.

A Constituição de 88 dedica todo o capítulo VII, do Título VIII (Da Ordem Social), ao tratamento e proteção da família. Nele, as disposições se estendem dos arts. 226 a 230. Outras mudanças importantes introduzidas na Carta de 88 são enumeradas por Cynthia Sarti:

(...) a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher; o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e

<sup>20</sup> RENDWANSKI, 2012, p. 7.

<sup>21</sup> PIRES, 2015, p. 12.

<sup>22</sup> VENOSA, 2013, p. 7.

do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, que os define como ‘sujeitos de direitos’. Com o exame de DNA, que comprova a paternidade, qualquer criança nascida de uniões consensuais ou de casamentos legais pode ter garantidos seus direitos de filiação, por parte do pai e da mãe.<sup>23</sup>

Desse modo, é possível constatar, portanto, o quão a Constituição de 88 atentou-se às necessidades da instituição familiar, no que diz respeito ao seu reconhecimento e proteção pelo ordenamento jurídico. Cuidou ela de abarcar, sob o manto constitucional, variadas tipologias familiares, distintas da formação tradicional e, sobretudo, independentemente da existência de matrimônio. No contexto brasileiro, não há, sem dúvida, legislação mais revolucionária que a Carta de 88.

A “especial proteção do Estado” assegurada à família é, aliás, revestida de diversos princípios basilares, dotados de força normativa, sobre os quais tratou o constituinte de positivar em expresse naquele texto, a fim de resguardá-los de eventuais ingerências do legislador ordinário. Dentre eles, o princípio da dignidade da pessoa humana, erguido também como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, constitui um valor essencial à interpretação dos outros princípios.

Na clássica definição de Ingo Wolfgang Sarlet, a dignidade da pessoa humana consiste na qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais<sup>24</sup>. É esse princípio que garante o reconhecimento de múltiplos arquétipos familiares, baseando-se nos laços de afeto ao invés do cunho meramente moral ou patrimonial. Rodrigo da Cunha Pereira aduz que “o princípio da dignidade humana significa, para o Direito de Família, a consideração e o respeito à autonomia dos sujeitos e à sua liberdade. Significa, em primeira e última análise, igual dignidade para todas as entidades familiares”<sup>25</sup>.

Além da dignidade da pessoa humana, há ainda outros princípios previstos constitucionalmente cuja aplicação se direciona também à família. A solidariedade familiar, o direito à convivência, o pluralismo de formas familiares e a proteção integral à criança e ao adolescente são exemplos de valores presentes na Constituição que destinam-se igualmente a resguardar o núcleo familiar. Além destes, Venosa aduz mais alguns:

<sup>23</sup> SARTI, Cynthia A. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: redes, laços e po- líticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 21-36, p. 24.

<sup>24</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011, p. 73.

<sup>25</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios Fundamentais Nortecedores do Direito de Família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 121.

[...] Foi essa Carta Magna que também alçou a princípio constitucional da igualdade jurídica dos cônjuges e dos companheiros (art. 226, §5º) e igualdade jurídica absoluta dos filhos, não importando sua origem ou a modalidade de vínculo (art. 227, §6º). Ainda, a Constituição de 1988 escreve o princípio da paternidade responsável e o respectivo planejamento familiar (art. 226, §7º).<sup>26</sup>

Aliás, o próprio conceito de família apresentado pela doutrina recebe, diretamente, influência de tais princípios. Farias e Rosenvald definem-na como “entidade de afeto e solidariedade, fundada em relações de índole pessoal, voltadas para o desenvolvimento da pessoa humana, que tem como diploma legal regulamentador a Constituição da República de 1988”<sup>27</sup>.

Da leitura da definição acima, percebe-se que o significado de família, atualmente, vai além do mero critério biológico, religioso ou técnico, possuindo não mais uma essência rígida e pré-moldada, mas, sim, fluida, ampliada, a fim de abranger tantos mais grupos quantos possíveis. A verdade é que é “difícil encontrar uma definição de família de forma a dimensionar o que, no contexto social dos dias de hoje, se insere nesse conceito”<sup>28</sup>.

O principal elemento indicado, hodiernamente, como definidor da instituição familiar é, afinal, a afetividade. São os laços afetivos que, na concretude fática, delimitam o grupo familiar e estabelecem sua forma e vínculos. Desde a profunda mudança operada pela Revolução Industrial no desenho familiar, a sociedade caminhou, paulatinamente, à adoção do vínculo afetivo como elemento central e indispensável à família. Desse modo, hoje, não há apenas um, mas vários tipos de família.

É necessário ter uma visão pluralista da família, abrigando os mais diversos arranjos familiares, devendo-se buscar o elemento que permite enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos que têm origem em um elo de afetividade, independentemente de sua conformação.<sup>29</sup>

Mesmo porque, registre-se, o parentesco é algo cultural, conceito histórico; as relações de parentesco são definidas independentemente das ligações biológicas<sup>30</sup>. A família, no entendimento atualmente adotado, tem como principal intuito “o suporte emocional do indivíduo”<sup>31</sup>, seu refúgio e núcleo essencial capaz de lhe proporcionar ânimo e apoio diante das situações da vida.

<sup>26</sup> VENOSA, 2013, p. 7.

<sup>27</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 38.

<sup>28</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 42.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>30</sup> BRITO, 2013, p. 85.

<sup>31</sup> DIAS, op. cit., loc. cit.

É o envolvimento emocional que leva a subtrair um relacionamento do âmbito do direito obrigacional – cujo núcleo é a vontade – para inseri-lo no direito das famílias, que tem como elemento estruturante o sentimento de amor que funde as almas e confunde patrimônios, gera responsabilidades e comprometimentos mútuos. Esse é o divisor entre o direito obrigacional e o familiar: os negócios têm por substrato exclusivamente a vontade, enquanto o traço diferenciador do direito de família é o afeto. **A família é um grupo social fundado essencialmente nos laços de afetividade** após o desaparecimento da família patriarcal, que desempenhava funções procriativas, econômicas, religiosas e políticas.<sup>32</sup> [grifo nosso]

Aliás, para além do texto constitucional, o legislador ordinário nunca havia previsto o conceito de família de acordo com seu entendimento contemporâneo, desconsiderando matrimônio ou ligações biológicas para sua formação e atendendo ao critério afetivo. Foi a brilhante Lei Maria da Penha (nº 11.340/06) que trouxe tal inovação. Assim dispôs em seu art. 5º, inciso II:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

(...)

II - no âmbito da **família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;** [grifo nosso]

Há, nesse conceito, um profundo alargamento da instituição familiar, ao defini-la como o agrupamento em que seus membros *se consideram* aparentados, qualquer que seja a natureza desse enlace. Não poderia haver, positivado no ordenamento legal, conceito melhor e mais simples.

É indubitável o caráter pluralista que atualmente envolve a família. De um único tipo fundamental, a instituição familiar alarga-se e transmuta-se em vários outros arquétipos, todos baseados no princípio da afetividade. Foi ele, o afeto, o “impulso inicial para a composição das distintas espécies familiares existentes hoje em dia, havendo o convívio com diversos modelos de família”<sup>33</sup>, dentre os quais encontra-se a família mosaico, que passa-se a analisar.

## 2.2 ENTRE OS TIPOS DE FAMÍLIA, A MOSAICO (OU RECONSTITUÍDA)

Como decorrência do princípio da afetividade, são vários os tipos de família existentes hodiernamente na realidade brasileira. Além daquelas previstas expressamente na Constituição de 88 (a família matrimonial tradicional, a união estável e a família

<sup>32</sup> DIAS, 2010, p. 43.

<sup>33</sup> SCHAUREN; BERTANI, 2013, p. 65.

monoparental), há outras espécies de entidades familiares que recebem, igualmente, a proteção do direito.

Primeiramente, ainda no que se refere aos modelos positivados constitucionalmente, a família matrimonial não demanda maiores explicações: consiste naquela formada pelo casamento. Nos termos do art. 1.512 e 1.513 do CC/02, o casamento é civil, gratuito e estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. A união estável, por seu turno, é modalidade muito semelhante àquela advinda do casamento – com a diferença de não haver, nela, o elemento matrimonial. Nem a CF/88, tampouco o CC/02 cuidaram de conceituá-la, indicando apenas suas peculiaridades. Doutrinariamente, no entanto, Maria Berenice Dias destaca que

(...) nasce a união estável da convivência, simples fato jurídico que evolui para a constituição de ato jurídico, em face dos direitos que brotam dessa relação. O que se exige é a efetiva convivência *more uxorio*, com características de união familiar, por um prazo e com estabilidade e objetivo de manter a vida em comum (...) <sup>34</sup>

Quanto à família monoparental, diz-se que consiste na comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, nos termos do §4º do art. 226 da Constituição. Nela, portanto, somente um dos pais possui a titularidade do vínculo familiar <sup>35</sup>.

Passando às modalidades de família não previstas constitucionalmente, há a família homoafetiva, constituída por pessoas do mesmo sexo. Não obstante a homoafetividade ser fenômeno que acompanha a humanidade desde seus mais remotos tempos, é recente o reconhecimento de direitos e proteção jurídica a essa modalidade familiar. No Brasil, data de 2001 a primeira decisão judicial que aplicou, à família homoafetiva, o direito de família. Desde então, inúmeros julgados e recomendações vêm sendo expedidos a fim de garantir o reconhecimento devido a essa tipologia familiar.

As famílias anaparentais, por sua vez, são aquelas formadas pela “convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito” <sup>36</sup>. Trata-se de interessante conceito, tão comum na realidade fática brasileira e, inclusive, já reconhecida na jurisprudência dos tribunais superiores, a exemplo do REsp 159851, decidido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Figura controversa é o instituto da família paralela. “Paralela” seria aquela união existente, de modo informal, concomitantemente a uma outra do mesmo parceiro, sendo esta

---

<sup>34</sup> DIAS, 2010, p. 170.

<sup>35</sup> Ibidem, op. cit., p. 212.

<sup>36</sup> Ibidem, op. cit., p. 48.

última a priori “principal” em relação àquela dita “paralela”. Doutrinariamente, são várias as correntes:

A doutrina, na realidade, divide-se em três correntes: uma mais conservadora, que nega qualquer possibilidade de reconhecimento como entidade familiar às uniões paralelas; uma intermediária, que admite apenas as uniões estáveis paralelas putativas, ou seja, aquelas em que há desconhecimento de uma família pela outra (boa-fé); e uma mais liberal, que prega pelo reconhecimento de todos os tipos de relações paralelas pelo Direito de Família.<sup>37</sup>

A jurisprudência, igualmente, não é pacífica sobre o tema. Em uma singela busca, é possível encontrar ora decisões favoráveis, ora decisões negando o reconhecimento a essa tipologia familiar – inclusive de Tribunais Superiores e do nosso Tribunal local:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. **UNIÕES ESTÁVEIS PARALELAS. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DE RELACIONAMENTO EXCLUSIVO DO FALECIDO COM A AUTORA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.** 1. Esta Corte Superior entende ser inadmissível o reconhecimento de uniões estáveis paralelas. Precedentes. 2. Na hipótese dos autos, o Tribunal estadual consignou a existência de vários relacionamentos concomitantes entre o de cujus e outras mulheres, inclusive de casamento. Infirmar as conclusões do julgado, para reconhecer a existência de união estável exclusiva com a autora, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 desta Corte Superior. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – AgRg no AREsp: 609856 SP 2014/0269156-8, Relator Ministro Rau Araújo, Data de Julgamento: 28/04/2015, T4 Quarta Turma, Data de Publicação: DJE **19/05/2015**)<sup>38</sup> [grifos nossos]

CIVIL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO POST MORTEM. REQUISITOS DOS ARTS. 1.723 E 1.724 DO CÓDIGO CIVIL. NÃO COMPROVAÇÃO. ÔNUS DA PROMOVENTE. EXISTÊNCIA DE RELACIONAMENTOS PARALELOS. INEXISTÊNCIA DE INTENÇÃO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. POSIÇÃO DO STJ. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DO CAPUT DO ART. 557 DO CPC. SEGUIMENTO NEGADO, MONOCRATICAMENTE, AO APELO. 1. A Apelante não conseguiu demonstrar que a relação amorosa mantida com o de cujus seria contínua e com o objetivo de constituição de família. Pelo contrário, das provas colhidas resta evidente que o mesmo mantinha diversos relacionamentos paralelos, em desacordo com o dever de lealdade insculpido no citado art. 1.724, CC/02 respeitando-se a lealdade entre os conviventes. 2. "A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não admite o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas, pois a caracterização da união estável pressupõe a inexistência de relacionamento de fato duradouro, concorrentemente àquele ao qual se pretende proteção jurídica". (STJ, AgRg no AREsp 395.983/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 07/11/2014). 3. "É ônus de quem pleiteia a declaração da união estável provar a existência de relacionamento duradouro, público, contínuo, com o objetivo de constituir família". (STJ, REsp 13)

<sup>37</sup> RENDWANSKI, 2012, p. 25.

<sup>38</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo regimental no agravo em recurso especial 609856 SP 2014/0269156-8**. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/189910793/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-609856-sp-2014-0269156-8>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00315411920108152003, - Não possui -, Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ, j. em 06-10-2015)<sup>39</sup>

**DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL SIMULTÂNEOS. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. PROVIMENTO.**  
**1.** Ainda que de forma incipiente, doutrina e jurisprudência vêm reconhecendo a juridicidade das chamadas famílias paralelas, como aquelas que se formam concomitantemente ao casamento ou à união estável. **2.** A força dos fatos surge como situações novas que reclamam acolhida jurídica para não ficarem no limbo da exclusão. Dentre esses casos, estão exatamente as famílias paralelas, que vicejam ao lado das famílias matrimonializadas. **3.** Para a familiarista Giselda Hironaka, a família paralela não é uma família inventada, nem é família imoral, amoral ou aética, nem ilícita. E continua, com esta lição: Na verdade, são famílias estigmatizadas, socialmente falando. O segundo núcleo ainda hoje é concebido como estritamente adulterino, e, por isso, de certa forma perigoso, moralmente reprovável e até maligno. A concepção é generalizada e cada caso não é considerado por si só, com suas peculiaridades próprias. É como se todas as situações de simultaneidade fossem iguais, malignas e inseridas num único e exclusivo contexto. O triângulo amoroso subreptício, demolidor do relacionamento número um, sólido e perfeito, é o quadro que sempre está à frente do pensamento geral, quando se refere a famílias paralelas. O preconceito - ainda que amenizado nos dias atuais, sem dúvida - ainda existe na roda social, o que também dificulta o seu reconhecimento na roda judicial. **4.** Havendo nos autos elementos suficientes ao reconhecimento da existência de união estável entre a apelante e o de cujus, o caso é de procedência do pedido formulado em ação declaratória. **5.** Apelação cível provida.<sup>40</sup> [grifos nossos]

**EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. PRELIMINARES REJEITADAS. UNIÕES ESTÁVEIS PARALELAS. RECONHECIMENTO.** **1.** Estando demonstrada, no plano dos fatos, a coexistência de duas relações afetivas públicas, duradouras e contínuas, mantidas com a finalidade de constituir família, é devido o seu reconhecimento jurídico à conta de uniões estáveis, sob pena de negar a ambas a proteção do Direito. **2.** Ausentes os impedimentos elencados no art. 1.521 do Código Civil, a caracterização da união estável paralela como concubinato somente decorreria da aplicação analógica do art. 1.727 da mesma lei, o que implicaria ofensa ao postulado hermenêutico que veda o emprego da analogia para a restrição de direitos. **3.** Os princípios do moderno Direito de Família, alicerçados na Constituição de 1988, consagram uma noção ampliativa e inclusiva da entidade familiar, que se caracteriza, diante do arcabouço normativo constitucional, como o locus institucional para a concretização de direitos fundamentais. Entendimento do STF na análise das uniões homoafetivas (ADI 4277/DF e ADPF 132/RJ). **4.** Em uma democracia pluralista, o sistema jurídico-positivo deve acolher as multifárias manifestações familiares cultivadas no meio social, abstendo-se de, pela defesa de um conceito restritivo de família, pretender controlar a conduta dos indivíduos no campo afetivo. **5.** Precedentes do TJDF e do TJRS. **6.** Apelação a que se nega provimento.<sup>41</sup> [grifos nossos]

<sup>39</sup> PARAÍBA. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação 00315411920108152003**. Disponível em: <<https://tjpb.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/255248892/apelacao-apl-315411920108152003-0031541-1920108152003>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

<sup>40</sup> MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Maranhão. **Apelação 00007289020078100115**. Disponível em: <<https://tj-ma.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/160160631/apelacao-apl-190482013-ma-0000728-9020078100115/inteiro-teor-160160649?ref=juris-tabs#>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

<sup>41</sup> PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça de Pernambuco. **Apelação 1960072**. Disponível em: <<https://tj-pe.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/155274016/apelacao-apl-1960072-pe>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

Para além de razões moralistas a respeito – e não é outro o substrato implícito que fundamenta as decisões contrárias, deve-se atentar que, independente de qual seja a visão do direito acerca do tema, o fenômeno da família paralela é um fato da realidade, concreto, cuja existência não se pode negar. Seu não reconhecimento pelo ordenamento jurídico, em verdade, constitui verdadeira violação de direitos – quase sempre, da parte mais vulnerável e hipossuficiente da relação. “Negar a existência de famílias paralelas – quer um casamento e uma união estável, quer duas uniões estáveis – é simplesmente não ver a realidade. Com isso a justiça acaba cometendo enormes injustiças”<sup>42</sup>.

Há, finalmente, a família pluriparental – também chamada de reconstituída ou mosaico. É o modelo familiar em que seus membros, originários de vínculos familiares anteriores malsucedidos, unem-se, com o intuito de formar um novo núcleo familiar, em que pelo menos um dos parceiros traz um filho (ou mais) desses relacionamentos anteriores. Trata-se de uma verdadeira recomposição afetiva, na qual seus integrantes buscam, mais uma vez, reconstituírem seus laços afetivos com outra pessoa em busca da felicidade. Daí seu nome, visto que forma “o desenho de um verdadeiro mosaico familiar”<sup>43</sup>.

Em suma, essas famílias

(...) resultam da pluralidade das relações parentais, especialmente fomentadas pelo divórcio, pela separação, pelo recasamento, seguidos das famílias não matrimoniais e das desuniões. A multiplicidade de vínculos, a ambiguidade dos compromissos e a interdependência, ao caracterizarem a família mosaico, conduzem para a melhor compreensão desta modelagem. A especificidade decorre da peculiar organização do núcleo, reconstruído por casais onde um ou ambos são egressos de casamentos anteriores. Eles trazem para a nova família seus filhos e, muitas vezes, têm filhos em comum. É a clássica expressão: os meus, os teus, os nossos...<sup>44</sup>

Na família mosaico, portanto, há um considerável alargamento do grupo familiar, em virtude da miscelânea dos vários vínculos que, com a união, somam-se. Nessas famílias reconstituídas, surgem novas e variadas relações. Os cônjuges, parceiros ou companheiros passam a ter novos parentes por afinidade. Os filhos passam a ter novos irmãos, dentre outras situações<sup>45</sup>.

A família reconstituída decorre diretamente da fluidez e dinamicidade características das relações e laços construídos na sociedade atual. O caráter patrimonial e político que originalmente formavam o grupo dá lugar à essência afetiva e de solidariedade entre seus

<sup>42</sup> DIAS, 2010, p. 51.

<sup>43</sup> FERREIRA, J. S. A. B. N.; RÖRHMANN, K. As famílias pluriparentais ou mosaicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA: FAMÍLIA E DIGNIDADE, 5., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: IOB Thomson, 2006, p. 507-530, p. 513.

<sup>44</sup> DIAS, op. cit., p. 49.

<sup>45</sup> BRASILEIRO, A. M.; RIBEIRO, J. C. Multiparentalidade no contexto da família reconstituída e seus efeitos jurídicos. In: **Revista online FADIVALE**, Governador Valadares, n. 13, p. 1-22, 2016, p. 7.



membros. O princípio da afetividade como elemento fundamentador da família implica numa humilde conclusão: o fim (ou o começo) do amor pode ser o simples motivo para términos ou inícios das entidades familiares.

Na nova realidade, em que famílias se desfazem e refazem, e relações novas são formadas, distintas das antigamente existentes, de mãe-filho, pai-filho, irmão-irmão, novos personagens surgem nesse cenário, bem mais complexo que o original: a madrasta, o padrasto (...), bem como os filhos de um relacionamento anterior da madrasta ou do padrasto.<sup>46</sup>

O ordenamento jurídico passa, portanto, a reconhecer a maleabilidade do conceito familiar, admitindo a possibilidade de reconstituição e reconfiguração dos vínculos familiares, tudo considerando os vínculos afetivos. Em suma, família mosaico

(...) é a família na qual ao menos um dos adultos é um padrasto ou uma madrasta. Ou, que exista ao menos um filho de uma união estável anterior de um dos pais. Nesta categoria entram tanto as sucessivas uniões de viúvos e viúvas como de divorciados e divorciadas com filhos de uma relação precedente e as primeiras mães e pais solteiros.<sup>47</sup>

Desse modo, não há dúvida que a grande peculiaridade da família mosaico é a sua aptidão para a multiparentalidade – ou seja, a pluralidade de relações parentais em virtude da combinação de parentescos oriundos de uniões anteriores. Agora, um mesmo indivíduo pode ora figurar como pai (do filho da relação anterior) e ora como padrasto (do filho da atual parceira, também oriundo de uma outra relação), por exemplo.

A multiplicidade de vínculos familiares vem definida, de modo excepcional, pelo amor e pela afetividade, diferentemente da família clássica onde a vinculação pelos laços consanguíneos, com ou sem afeto, predomina. O elemento afetivo é indispensável à subsistência da família mosaico, exigindo de seus membros extraordinária capacidade de adaptação, considerando o fato de serem egressos de famílias anteriores, (dê)sconstruídas e, portanto, guardando o conjunto de valores da experiência familiar como vivida.<sup>48</sup>

Trata-se, efetivamente, da coexistência de múltiplos vínculos familiares que, em virtude do princípio da afetividade, não se encerram com o término do relacionamento; ao revés, somam-se entre si, formando um grande e extenso grupo familiar não mais monocromático mas, sim, revestido de múltiplas cores.

<sup>46</sup> PAULO, Beatrice Marinho. A relação fraterna nas novas configurações familiares: vínculo psicossocioafetivo. In: **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, Porto Alegre, v. 10, n. 8, fev/mar. 2009, p. 93.

<sup>47</sup> GRISARD FILHO, Waldyr. A Questão do Dinheiro nas Famílias Reconstituídas. In: **Revista Síntese Direito de Família**, São Paulo, v. 15, n. 87, p. 52-54, dez. 2014/jan. 2015, p. 85.

<sup>48</sup> FERREIRA; RÖRHMANN, 2006, p. 511-512.

### 3 A QUESTÃO DA MULTIPARENTALIDADE NO BRASIL

A família mosaico, ou reconstituída, conforme foi delineado, possui relação direta com a preponderância do princípio da afetividade como grande elo da instituição familiar atual. Fruto da dinamização das relações jurídicas e sociais, da despatrimonialização da instituição familiar e, sobretudo, do reconhecimento da família como espaço de desenvolvimento e sustento do indivíduo, calcado na ideia de solidariedade e afeição entre seus membros, essa tipologia familiar possui como grande peculiaridade o fenômeno da multiparentalidade, como adiante será discorrido.

No entanto, a compreensão da multiparentalidade – cujo conceito pode ser adiantado como sendo “a possibilidade de uma pessoa possuir mais de dois ascendentes de primeiro grau, simultaneamente, com a produção de efeitos jurídicos com relação a todos eles”<sup>49</sup> – perpassa, necessariamente, pelo adequado entendimento da filiação. Isso porque, tal qual o conceito de família, também a filiação não se manteve estanque diante das transformações sociais.

É a filiação a relação que liga pais e filhos. A título de definição, diz-se ser a relação de parentesco que se estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, ou adotada, ou vinculada mediante posse de estado de filiação ou por concepção derivada de inseminação artificial heteróloga<sup>50</sup>.

Se, no século passado, considerava-se família apenas aquela advinda do casamento, também a filiação somente era reconhecida se concebida na constância daquele<sup>51</sup>. É daí que surge a diferenciação entre filhos ditos “legítimos” e “ilegítimos”, conforme se originavam do casamento ou não, respectivamente. Apenas aos primeiros o ordenamento jurídico resguardava direitos; os segundos, por seu turno, eram fadados à exclusão e ignorância do direito.

Com as alterações históricas experimentadas pela noção de família – já delineadas na presente pesquisa, também o conceito de filiação preencheu-se de novos substratos. A busca pela felicidade e satisfação de seus membros, característica da atual concepção de núcleo

---

<sup>49</sup> VIEIRA, Carla Eduarda de Almeida. Multiparentalidade: benefícios e efeitos jurídicos do seu reconhecimento pelo direito. In: **Revista do Curso de Direito UNIFOR**, Formiga, v. 6, n. 2, p. 78-98, jul./dez. 2015, p. 79.

<sup>50</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil: famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 216.

<sup>51</sup> SCHWERZ, Vanessa Paula. Multiparentalidade: possibilidade e critérios para o seu reconhecimento. In: **Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional**, v. 1, n. 3, p. 192-221, dez. 2015, p. 195.

familiar, torna insubsistente tal diferenciação entre filhos “legítimos” e “ilegítimos”. No contexto brasileiro, saliente-se, a Constituição Federal de 1988 exerce papel fundamental, funcionando como verdadeiro divisor de águas:

Pode-se dizer que a filiação no direito brasileiro é dividida entre dois períodos diferentes: um anterior à Constituição Federal de 1988 e outro posterior, pois somente a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que tiveram fim as diferenciações existentes no instituto da filiação estabelecidas no Código Civil de 1916. Assim, com as mudanças ocorridas na concepção de família e com o surgimento de uma nova ordem constitucional, que deu prioridade à dignidade da pessoa humana, ao pluralismo das entidades familiares, à igualdade de filiação, à proteção integral e ao melhor interesse da criança e adolescente, o sistema filiatório também sofreu transformação, especialmente na sua forma de identificação.<sup>52</sup>

Desse modo, o reconhecimento da filiação pelo ordenamento jurídico não mais depende da existência do matrimônio. Ao lado dos tradicionais critérios jurídico e biológico, o critério afetivo consolida-se como elemento igualmente capaz de constituir a relação filiatória, sem qualquer distinção quanto a sua relevância e aptidão para produzir efeitos jurídicos.

A respeito de tais critérios, passando-se a delimitar, brevemente, seus conceitos, tem-se que o primeiro deles – o jurídico, ou legal – é apontado como o mais antigo dos critérios definidores da filiação, pois, enquanto a maternidade era exata e incontestável, a paternidade não se revestia de tamanha certeza diante das insuficiências tecnológicas e científicas para sua determinação.

[...] dentro de uma visão tradicional, o primeiro critério de filiação é o jurídico, também denominado nupcialista ou critério da verdade legal. Durante muito tempo, dada a inexistência de conhecimentos científicos suficientes para comprovar a descendência biológica paterna, esse foi um critério quase que absoluto. Nesse caso, a filiação era baseada no brocardo “*pater vero is est, quem nuptiae demonstrat*” (é pai aquele que indica as núpcias). Havia a presunção de que, se os pais fossem casados, o fruto da gestação seria filho do marido, ou seja, presumia-se que o pai era aquele que estava casado com a mulher que deu a luz à criança, o que, muitas vezes, não passava de uma ficção.

Esse critério se justificava no sentido de preservar os parâmetros sociais vigentes à época, que se baseavam, especialmente, na ideia de indissolubilidade do matrimônio e na sua finalidade procriativa, bem como nos deveres matrimoniais de fidelidade recíproca e coabitação.<sup>53</sup>

É este o critério adotado pelo art. 1597 do Código Civil de 2002:

Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

- I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;
- III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;

<sup>52</sup> SCHWERZ, 2015, p. 196.

<sup>53</sup> VIEIRA, 2015, p. 86.

IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;  
 V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.  
 [...]  
 Art. 1.603. A filiação prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil.

Com o avanço das técnicas de aferição científica da paternidade, o critério biológico desponta como mais uma possibilidade de definição daquela, atribuindo certa legitimidade e maior racionalidade às determinações judiciais. Registre-se, no entanto, que o critério jurídico permanece a existir; presunção de veracidade deste, porém, é *juris tantum*, sendo possível afastá-la por meio de prova em contrário. Daí a razão de ser do critério biológico.

Por este critério, a filiação deriva do vínculo genético: é filho aquele que foi gerado, biologicamente, pelos pais. Nesse momento,

[a] filiação passa a se fundar, especialmente, no vínculo de consanguinidade, uma vez que se tornou possível aferir a existência ou não de descendência genética com grau de certeza quase que absoluto. A busca da verdade real foi simplificada pelo advento do exame de DNA, fortemente utilizado nas ações de investigação de paternidade.<sup>54</sup>

Trata-se de uma perspectiva “natural” de paternidade, enxergando-a como um nexo eminentemente biológico. Com a consolidação da racionalidade científica como um dos grandes pilares da contemporaneidade, o direito absolve muito dessa nova forma de legitimação, adotando a certeza das ciências naturais como substrato para determinação de alguns de seus conceitos.

No entanto, “tanto o critério jurídico quanto o biológico se baseiam no caráter impositivo da declaração de paternidade”<sup>55</sup>. O parentesco, enquanto categoria jurídica sobre a qual a noção de família muitas vezes se constroi, deve, em verdade, ir além da mera compatibilidade genética entre indivíduos.

A paternidade em si mesma não é um fato da natureza, mas um fato cultural. Embora a coabitação sexual, de que possa resultar gravidez, seja fonte de responsabilidade civil, a paternidade, enquanto tal, só nasce de uma decisão espontânea. Tanto no registro histórico, como no tendencial, a paternidade reside antes no serviço e no amor que na procriação.<sup>56</sup>

Como já delineado na primeira parte da presente pesquisa – quando se tratou da evolução da instituição familiar – a família é uma realidade social, um conceito metamórfico cujo significado é preenchido de acordo com o momento histórico e ideológico vivido por

<sup>54</sup> VIEIRA, 2015, p. 87.

<sup>55</sup> Ibidem, op. cit., loc. cit.

<sup>56</sup> VILLELA, João Baptista. Desbiologização da paternidade. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 21, p. 400 – 418, 1979, p. 400.

determinada sociedade. E, conforme visto, é a noção de afeto e solidariedade entre seus membros que atualmente define a entidade familiar.

É nesse sentido que emerge o critério socioafetivo como mais um elemento definidor da filiação, sendo o que mais se amolda à acepção de família como é concebida atualmente. Baseia-se nos laços de afetividade, na cooperação e construção conjunta da felicidade e do desenvolvimento mútuo entre os parentes. Seu fundamento principiológico repousa no seio constitucional, enquanto o legal, por sua vez, encontra-se no art. 1.593 do CC/02, ao estabelecer que “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou *outra origem*”. Desse modo, não obstante o referido dispositivo não mencioná-lo expressamente, entende-se que tal redação legal abriria espaço para a inclusão do critério socioafetivo (ou afetivo, tão somente).

Em suma,

[...] tem-se pelo critério socioafetivo a filiação lastreada em laços de afeto, na construção diária da relação pai/mãe/filho, no amor, no carinho, atenção, educação, alimentação, etc., de tal forma que os verdadeiros pais são os que amam e dedicam sua vida. [...] A paternidade, pelo critério afetivo, não se funda no nascimento (critério biológico ou jurídico), mas no ato de vontade, que deriva da convivência e não do sangue.<sup>57</sup>

A filiação através do critério socioafetivo fundamenta-se, precipuamente, na chamada “posse do estado de filho”, por vezes também denominada de “posse do estado de filiação”, que consiste na “situação fática na qual uma pessoa desfruta do status de filho em relação à outra pessoa, independentemente, dessa situação corresponder à realidade legal”<sup>58</sup>. Trata-se, portanto, de uma relação de parentesco construída a partir da convivência, intimidade e afeição, em que a paternidade – ou maternidade – emerge de um ato de vontade do próprio indivíduo, que reconhece a si como pai – ou mãe – e o outro como filho seu.

Nessas situações, por força do próprio dispositivo legal (art. 1.605 do CC/02, segundo Vieira<sup>59</sup>), há uma presunção normativa da relação de parentalidade que “não se estabelece com o nascimento, mas num ato de vontade, que se sedimenta no terreno da afetividade, colocando em xeque tanto a verdade jurídica, quanto a certeza científica no estabelecimento da filiação”<sup>60</sup>. Essa modalidade de parentesco, repise-se, já é realidade no ordenamento brasileiro, tal qual estabelecido, inclusive, no enunciado 256 da III Jornada de Direito Civil:

---

<sup>57</sup> SCHWERZ, 2015, p. 197.

<sup>58</sup> LÔBO, 2011, p. 236.

<sup>59</sup> VIEIRA, 2015, p. 88.

<sup>60</sup> DIAS, 2010, p. 366.

“A posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil”<sup>61</sup>.

Registre-se que, pelo entendimento majoritário da doutrina e da jurisprudência pátrias, não mais existe preponderância de um critério sobre outro, tal qual se verificava em outros tempos. Não obstante ainda haver autores que persistem em privilegiar a parentalidade através de um ou outro critério, ocorre que, em verdade, tais critérios não são substituídos ou “superados” pela sucessão de outro que lhe é posterior; ao revés, complementam-se, a fim de integrar o processo interpretativo e hermenêutico do direito. Assim, são critérios que não devem ser interpretados isoladamente.

É justamente dessa possibilidade de cumulação de critérios definidores da relação de parentesco no mesmo indivíduo que surge a multiparentalidade, enquanto categoria tutelada juridicamente. Isso porque, como dito, a verificação de um dos critérios supracitados não excluiria a constatação de outro na mesma pessoa.

Embora ainda se encontre na doutrina e jurisprudência posicionamentos no sentido de que há preferência de um critério sobre o outro, não se questiona mais a possibilidade de reconhecimento múltiplo de parentalidade, na qual os critérios biológico e afetivo não se excluem e sim se complementam, dando maior efetividade aos princípios constitucionais.

[...]

Diante do fato de que não há prevalência de um tipo de paternidade sobre o outro, levando-se em consideração os critérios biológico, afetivo e jurídico, surge a possibilidade da multiparentalidade, ou seja, a possibilidade de reconhecer um pai/mãe biológico e um (ou mais) pai(s)/mãe(s) afetivo(a)(s).<sup>62</sup>

Desse modo, o reconhecimento de múltiplos vínculos, seja afetivo, seja biológico, seja jurídico, dá ensejo à ocorrência da multiparentalidade – que, saliente-se, reveste-se de ainda maior vivacidade no âmbito das famílias reconstituídas. Compreendida a atual acepção de filiação e sua possibilidade de constituição pelo critério afetivo, portanto, passa-se à análise do referido fenômeno.

### 3.1 MULTIPARENTALIDADE: CONCEITO E POSIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Para Carlos Roberto Gonçalves, a multiparentalidade “consiste no fato de o filho possuir dois pais ou mães reconhecidos pelo direito, o biológico e o socioafetivo, em função

<sup>61</sup> DISTRITO FEDERAL. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado nº 256**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/501>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

<sup>62</sup> SCHWERZ, 2015, p. 198.

da valorização da filiação socioafetiva”<sup>63</sup>. Registre-se, no entanto, a existência de entendimentos defensores da noção de que, para a definição de multiparentalidade, há duas perspectivas: uma ampla e, outra, estrita; o conceito acima descrito seria apenas a acepção mais abrangente:

A multiparentalidade pode ser conceituada em acepção ampla ou em acepção estrita. A multiparentalidade *lato sensu* consiste no reconhecimento, pelo ordenamento jurídico, de que uma pessoa tenha mais de um vínculo parental paterno ou mais de um vínculo parental materno. **Para a sua configuração, é suficiente que alguém tenha dois pais ou duas mães**, o que abarca não apenas os arranjos multiparentais que, por circunstâncias e fundamentos diversos, envolvam duas mães e um pai, dois pais e uma mãe, e assim por diante, mas também os casos de simples biparentalidade homoafetiva, em que a distinção de gênero afigura-se, a rigor, inaplicável. É nessa acepção ampla que o fenômeno costuma ser estudado no Brasil.<sup>64</sup> [grifo nosso]

Desse modo, a multiparentalidade, em seu sentido mais amplo, funciona como sinônimo da biparentalidade – situação em que o indivíduo ostenta exatos dois vínculos concomitantes da mesma relação filiatória. Diferente, portanto, do significado restrito, que pressupõe a existência de múltiplos (mais de dois) vínculos do mesmo tipo de filiação:

Já em acepção restrita, a multiparentalidade pode ser definida como o reconhecimento jurídico de **mais de dois vínculos de parentalidade à mesma pessoa**. Em outros termos, a expressão estaria reservada às hipóteses em que alguém tenha três ou mais laços parentais, não abrangendo, portanto, a mera dupla paternidade ou dupla maternidade se desacompanhada do terceiro ascendente, que resultaria na configuração de mais de dois vínculos parentais.<sup>65</sup> [grifo nosso]

Em decorrência, sobretudo, do caráter pluralista e agregador da multiparentalidade, que por sua própria natureza pretende não excluir arranjos familiares de seu campo de abrangência, mas, sim, alcança-los tanto quanto possível, os autores adotam com cautela a noção de que haveria elementos para a determinação da multiparentalidade na concretude fática pelo Poder Judiciário. Isso porque cada caso será revestido de sua peculiaridade, com características próprias e, muitas vezes, que não se repetem em outras situações, motivo pelo qual “não se falará em critérios para o reconhecimento da multiparentalidade como algo estanque, aplicável a todos os casos de forma indiscriminada, mas em preceitos e em questionamentos que devem ser analisados no momento de verificar a ocorrência da multiparentalidade.”<sup>66</sup>

Nesse sentido, Vanessa Paula Schwerz indica como premissas para o reconhecimento

<sup>63</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito de família. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 315.

<sup>64</sup> SCHREIBER, A.; LUSTOSA, P. F. Efeitos jurídicos da multiparentalidade. In: **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 847-873, set./dez. 2016, p. 851.

<sup>65</sup> Ibidem, op. cit., loc. cit.

<sup>66</sup> SCHWERZ, 2015, p. 205.

da multiparentalidade no âmbito judicial: a legitimidade para requerer tal pedido; a presença do critério biológico e/ou afetivo na segunda e consequente filiação que se busca reconhecer; e a efetivação das garantias e dos princípios constitucionais que o deferimento desse pleito deve concretizar.

No que se refere ao primeiro preceito, tem-se como legitimado para requerer tal reconhecimento aquele que é diretamente envolvido na relação parental – seja o filho, seja o pai ou a mãe que pretende ter reconhecida a filiação. E assim o é pois, ainda que a literalidade dos arts. 1.606 do CC/02 e 27 do ECA possam fazer crer que apenas o filho teria tal possibilidade, “é de suprema importância lembrar que esta consiste numa relação e, por isso, é necessariamente bilateral. Logo, não é elementar apenas ao filho e ao seu desenvolvimento da personalidade que a filiação seja estabelecida, mas também ao pai e à mãe e à sua constituição pessoal”<sup>67</sup>.

Schwerz sugere também a necessidade de existir, na segunda filiação que pretende ser reconhecida na via judicial, o elo afetivo (ou biológico, a depender do caso) entre os interessados. A esse respeito, a autora faz um interessante comentário, fundamentando-se na teoria de Welter (que será explicitada mais a frente):

Observe-se que para se reconhecer uma primeira paternidade, não necessariamente há de ser comprovada a existência de vínculo biológico ou afetivo, pois tal reconhecimento decorre de presunções jurídicas ou da lei (critério jurídico ou legal). Porém, quando se pretende reconhecer uma segunda ou mais paternidades/maternidades, o critério biológico ou afetivo deve estar presente e devidamente comprovado.

Isso porque o reconhecimento da multiparentalidade só tem lugar quando servir para complementar, de alguma forma, a condição humana tridimensional, conforme ensinamentos de Pedro Belmiro Welter.

Assim, tanto o filho que quer ver reconhecida outra paternidade/maternidade quanto aquele que quer ter reconhecida sua condição de pai/mãe de pessoa que já tem outro pai/mãe registrado na certidão de nascimento devem comprovar o elo biológico e/ou afetivo.<sup>68</sup>

A terceira e última premissa, por seu turno, é de que o reconhecimento fundamente-se na concretização de princípios constitucionais. Esse critério, registre-se, possui maior relevância nos casos “em que se busca o reconhecimento de outra paternidade com base apenas no critério biológico, não estando, ainda, presente a afetividade entre as pessoas que buscam reconhecer o vínculo parental”<sup>69</sup>, pois a imprescindibilidade do atendimento aos princípios e garantias constitucionais vai além da realidade biológica.

<sup>67</sup> ALMEIDA, R. B.; RODRIGUES JÚNIOR, W. E. **Direito civil:** famílias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 380-381.

<sup>68</sup> SCHWERZ, 2015, p. 208.

<sup>69</sup> Ibidem, op. cit., p. 213.



Repise-se que o entendimento da presente pesquisa é de que tais critérios não são exaustivos, tampouco forçosos, para a existência da multiparentalidade, sob pena de, mais uma vez, limitar outro instituto do direito de família. As peculiaridades de cada situação não devem ser esquecidas pelo intérprete, motivo pelo qual se perfilha o raciocínio de que os supracitados elementos servem mais à compreensão e à caracterização do fenômeno da multiparentalidade, e não à sua restrição.

Ademais, qualquer que seja a definição utilizada – *lato ou strictu sensu* – do instituto, a multiparentalidade constitui, hoje, uma realidade no sistema jurídico brasileiro. Ela constitui um inexorável fenômeno do direito de família atual, cujo substrato está profundamente comprometido com a concretização dos princípios constitucionais atinentes à proteção da família. Valores como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade familiar, o pluralismo de formas familiares e a proteção integral à criança e ao adolescente são, sem dúvida, a essência do reconhecimento da multiparentalidade pelo ordenamento.

Se os princípios constituem mandados de otimização, cuja aplicação deve se dar tanto maior quanto possível for, sua força normativa incide com pujança máxima no âmbito do direito de família, campo jurídico profundamente marcado por elementos que vão além da mera técnica legal.

Os princípios constitucionais devem ser rigorosamente observados na interpretação e aplicação das normas infraconstitucionais. Talvez mais do que em outros ramos do direito, o Direito das Famílias tem toda a sua base fundada nos princípios da Constituição Federal, pois são nas relações familiares que o indivíduo se estrutura, forma seu caráter e firma sua dignidade.

Como as composições e relações familiares atuais não possuem modelo único e estanque, são nos princípios constitucionais que se deve apoiar para melhor compreender e resolver os conflitos que se apresentam. Em verdade, o intérprete e aplicador da norma atento aos princípios constitucionais têm maior possibilidade de efetiva solução dos conflitos nessa seara. [...]

No que se refere ao reconhecimento da multiparentalidade, percebe-se uma estreita ligação com a maior parte dos princípios constitucionais aplicáveis ao Direito das Famílias: dignidade da pessoa humana, igualdade, tutela especial à família, pluralismo das entidades familiares, melhor interesse da criança e do adolescente e da proteção integral, solidariedade e afetividade.<sup>70</sup>

Afora o fundamento principiológico da multiparentalidade garantindo a existência desta no ordenamento brasileiro, há também a chamada “Teoria Tridimensional no Direito de Família”, proposta por Belmiro Pedro Welter. Nela, o autor defende que o indivíduo é constituído por três grandes “mundos do ser humano”<sup>71</sup>: o biológico, o afetivo (ou desafetivo) e o ontológico. Cada um corresponde a um modo de compreender a família, sendo que todos

<sup>70</sup> SCHWERZ, 2015, p. 201-202.

<sup>71</sup> WELTER, Belmiro Pedro. **Teoria Tridimensional do Direito de Família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 51.

pairam intrinsecamente no ser humano de forma concomitante, e não isolada. Welter os explica:

a) genético é o mundo dos objetos a nossa volta, o mundo natural dos seres vivos, abrangendo as necessidades biológicas, impulsos, instintos, das leis e dos ciclos naturais, do dormir, do acordar, do nascer, do morrer, do desejo, do alívio, um modo de ser-no-mundo-genético; b) (des)afetivo é o mundo dos inter-relacionamentos entre os humanos, principalmente em família, é o ser-com-os-outros, da linguagem, da compreensão, do diálogo, do entendimento, do afeto e do desafeto, da solidariedade, em que a afetividade é uma condição de possibilidade de o ser humano ser realmente humano e compreender o seu próprio mundo (ontológico), em que o humano é um modo de ser-no-mundo-(des)afetivo; c) ontológico é o mundo da percepção de si mesmo, do auto-relacionamento, do diálogo não somente em sociedade ou em família, e sim uma autoconversação, um vir-à-fala, uma compreensão de consigo mesmo, um modo de ser-no-mundo ontológico.<sup>72</sup>

Partindo desse raciocínio filosófico, Welter defende que, para que o indivíduo seja compreendido integralmente, em toda sua complexidade, o reconhecimento jurídico da parentalidade não deve esquecer nenhum desses três aspectos. É dizer que a admissão da parentalidade pelo direito deve corresponder, igualmente, à “possibilidade de reconhecimento dos três vínculos paternos e maternos simultâneos (biológico, socioafetivo e registral), estejam eles reunidos em duas pessoas, em quatro, ou até em seis – a multiparentalidade”<sup>73</sup>.

Aliás, é justamente por compreender que o ser humano seria composto por essas três facetas fundamentais que o autor defende não haver distinção quanto à relevância da parentalidade biológica e da socioafetiva, por exemplo. Se todas convergem para atingir a completude do indivíduo, compreendendo-o em todos os ângulos possíveis, “ambas as paternidades são iguais, não havendo prevalência de nenhuma delas, exatamente porque fazem parte da condição humana tridimensional, que é genética, afetiva e ontológica”<sup>74</sup>.

Assim, seja pela Teoria Tridimensional de Welter, seja pela observância dos princípios constitucionais, a multiparentalidade é fenômeno cuja existência reflete os mais contemporâneos contornos da família. Estudado seu conceito, reconhecimento jurídico e posição atual no ordenamento brasileiro, passa-se a estudar os efeitos legais dela decorrentes.

---

<sup>72</sup> WELTER, 2009, 51.

<sup>73</sup> PIRES, 2015, p. 54.

<sup>74</sup> WELTER, Belmiro Pedro. **Igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 2009b.

### 3.2 A MULTIPARENTALIDADE NA FAMÍLIA MOSAICO

Com a profunda ressignificação do conceito de família, o caráter patrimonialista, reprodutivo e matrimonial que o circundavam dá lugar à noção de afeto e solidariedade entre os membros do núcleo familiar. A família, nessa perspectiva, passa a ser reconhecida em sua pluralidade, com seus mais variados arranjos existentes – não como uma realidade estática e imutável, como se houvesse apenas uma única configuração apta a ser chamada de instituição familiar.

Desse modo, várias são as tipologias familiares existentes (e reconhecidas pelo ordenamento brasileiro) atualmente: família matrimonial, monoparental, anaparental, união estável, etc. Dentre tantas, figura a família mosaico ou reconstituída, ou, ainda, pluriparental, cuja grande característica é a recomposição afetiva que a compõe. Nesse modelo, seus membros advêm de outros relacionamentos anteriores, malsucedidos, e buscam constituir uma nova família, reconstituindo laços afetivos.

A família mosaico, na concretude fática, é profundamente marcada pela pluralidade de relações parentais, pela multiplicidade de vínculos e pela coexistência de papéis no mesmo indivíduo, que carrega direitos e deveres da relação anterior e adquire outros tantos na atual relação. É o mais adequado terreno para a aplicação do fenômeno da multiparentalidade.

Grande exemplo prático da multiparentalidade ocorre no seio das famílias reconstituídas, também denominadas recompostas ou mosaicos. São os casos de relações transversais entre filhos oriundos dos relacionamentos anteriores de cada pai e os comuns, dentro do mesmo ambiente familiar, pautados pelo amor e pelo afeto, configurando plenamente o estado de filho afetivo.<sup>75</sup>

Isso porque a constituição da família pluriparental não buscará afastar os vínculos dos indivíduos, seja do filho com seu genitor, seja do genitor guardião com seus respectivos filhos<sup>76</sup>. Ao revés, sua natureza é de procurar agregá-los, baseando-se nos princípios da dignidade da pessoa humana e da afetividade. Há, inclusive, quem denomine de “filiação pluriparental”<sup>77</sup> esse fenômeno de conjugação de relações filiatórias que, em verdade, parece se confundir com o instituto da multiparentalidade aqui tratado e cujo termo se afigura mais adequado.

Não há, portanto, realidade mais apropriada para a categoria jurídica da multiparentalidade, que adquire contornos mais vívidos nessa tipologia familiar. É na família

---

<sup>75</sup> PIRES, 2015, p. 56.

<sup>76</sup> SANTOS, L. O.; TURCINOVICBONDEZAN, D. O direito de visita após o rompimento da pluriparentalidade. In: *Revista Jus Societas*, Paraná, n. 13, p. 41-46, jan./jun. 2015, p. 43.

<sup>77</sup> *Ibidem*, op. cit., 2015, p. 43.

mosaico que a multiparentalidade possui sua maior razão de ser, campo em que sua existência mostra-se mais lógica e necessária. Isso porque, não obstante a multiparentalidade não possuir um rol exaustivo no qual sua ocorrência é enumerada – tendo em vista a grande complexidade da realidade social –, não há dúvida que é na família pluriparental (em que os vínculos multiplicam-se) que sua essência melhor se encaixa.

Aliás, a ocorrência mais corriqueira da multiparentalidade,

[...] sem dúvida, se dá por meio do vínculo de paternidade ou maternidade socioafetiva, quando constituído sem a exclusão dos pais biológicos. É o que muitas vezes sucede nas famílias reconstituídas, também chamadas famílias-mosaico ou recompostas, quando o padrasto também se torna pai ou a madrasta também se torna mãe, sem prejuízo dos laços biológicos.<sup>78</sup>

Mas não apenas, registre-se, da perspectiva do ascendente – pai ou mãe afins – ocorre a multiparentalidade. Também do ponto de vista do descendente – filho, seja criança ou adolescente – ela ocorre igualmente, incidindo nas situações em que o filho cumularia tal status a partir do critério biológico em relação a um e do critério socioafetivo em relação a outro, por exemplo. Nesse sentido, a multiparentalidade

é uma alternativa de tutela jurídica para o fenômeno da liberdade de desconstituição familiar e formação de famílias reconstituídas. Assim, caso sejam rompidos os vínculos afetivos ou biológicos, o menor terá mecanismos para garantir seus direitos fundamentais, preservando seu desenvolvimento pleno, gerando os mesmos efeitos do parentesco.<sup>79</sup>

Desse modo, nas famílias reconstituídas, a multiparentalidade pode configurar importante instrumento de proteção e concretização de garantias à criança e ao adolescente, cuja condição pessoal de indivíduo em desenvolvimento os fazem figurar como merecedores de maior proteção estatal. O reconhecimento jurídico de múltiplos vínculos parentais sobre o mesmo indivíduo, por óbvio, torna mais operacionalizável a perquirição dos próprios direitos, tanto patrimoniais (como alimentícios e sucessórios), como existenciais (a exemplo da guarda e do direito ao nome).

A nosso sentir, a multiparentalidade garante aos filhos menores que, na prática, convivem com múltiplas figuras parentais a tutela jurídica de todos os efeitos que emanam tanto da vinculação biológica como da socioafetiva, que, como demonstrado, em alguns casos, não são excludentes, e nem haveria razão para ser, se tal restrição exclui a tutela aos menores, presumidamente vulneráveis. [...]

<sup>78</sup> SCHREIBER; LUSTOSA, 2016, p. 852.

<sup>79</sup> GRAMSTRUP, E. F; DIAS, P. C. Multiparentalidade forçada. In: **Revista de Direito de Família e Sucessão**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 65-80, jul./dez. 2016, p. 75.

Assim, caso seja rompida a convivência familiar com quaisquer das figuras parentais – formadas por vínculos biológicos, presumidos ou socioafetivos –, o menor terá mecanismos jurídicos capazes de proteger seus direitos fundamentais [...]<sup>80</sup>

Tal qual ocorre com a família mosaico, também a multiparentalidade decorre da compreensão básica de que o afeto possui valor jurídico. Ele age definindo não apenas os contornos atuais do conceito de família – e, por isso mesmo, fazendo surgir a categoria de família pluriparental –, mas também constituindo, de modo juridicamente relevante, as próprias relações de filiação, a exemplo da já citada filiação socioafetiva. Em resumo:

O afeto é a mola propulsora dos laços familiares e das relações interpessoais movidas pelo sentimento e pelo amor, para ao fim e ao cabo dar sentido e dignidade à existência humana. A afetividade deve estar presente nos vínculos de filiação e de parentesco, variando tão somente na sua intensidade e nas especificidades do caso concreto.<sup>81</sup>

Decorre desse raciocínio a estreita relação entre a família mosaico e a multiparentalidade. A possibilidade jurídica desta é pressuposto direto para a integral proteção daquela pelo direito, pois é a multiparentalidade – quer seja oriunda do critério biológico, legal ou socioafetivo –, enquanto instituto juridicamente tutelável, que assegura a total compreensão da complexa realidade que é a família pluriparental.

Em face de uma realidade social que se compõe de todos os tipos de famílias possíveis e de um ordenamento jurídico que autoriza a livre (des)constituição familiar, não há como negar que a existência de famílias reconstituídas representa a possibilidade de uma múltipla vinculação parental de crianças que convivem nesses novos arranjos familiares, porque assimilam a figura do pai e da mãe afim como novas figuras parentais, ao lado de seus pais biológicos. Não reconhecer esses vínculos, construídos sobre as bases de uma relação socioafetiva, pode igualmente representar ausência de tutela a esses menores em formação.<sup>82</sup>

Assim, “a família constrói sua realidade através da história compartilhada de seus membros e caberá ao Direito, diante das novas realidades, criar mecanismos de proteção visando especialmente às pessoas em fase de desenvolvimento”<sup>83</sup>. Se a família mosaico constitui um fato social cada vez mais recorrente, é através do instituto da multiparentalidade, enquanto categoria tutelada juridicamente, que sua existência possuirá a devida guarda pelo ordenamento.

<sup>80</sup> TEIXEIRA, A. C. B.; RODRIGUES, R. L. A multiparentalidade como nova estrutura de parentesco na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 9-38, abr./jun. 2015, p. 26.

<sup>81</sup> MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 66-67.

<sup>82</sup> TEIXEIRA; RODRIGUES, 2015, p. 27.

<sup>83</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. Famílias possíveis: novos paradigmas na convivência familiar. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Afeto, ética, família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 648-649.

## 4 O RECONHECIMENTO DE DIREITOS SUCESSÓRIOS PELA MULTIPARENTALIDADE NA FAMÍLIA MOSAICO

A parentalidade pode ser reconhecida de forma espontânea, nos termos do art. 1.609 do CC/02, ou forçosamente, através de decisão judicial proferida nos autos de ação de investigação de paternidade, conforme dispõe art. 1.616 do mesmo Código.

Com o seu reconhecimento, qualquer que seja o modo, a multiparentalidade repercute não mais apenas na rotina interna das famílias; passa, também, a produzir efeitos jurídicos concretos. A esse respeito, aliás, é um dos nove Enunciados aprovados pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) no IX Congresso Brasileiro de Direito de Família, realizado em 2013, cuja literalidade é clara: “A multiparentalidade gera efeitos jurídicos”<sup>84</sup>.

Isso porque o fenômeno supracitado não deve ser encarado pelo direito de forma secundária ou limitada, com efeitos mitigados em relação à tradicional filiação unitária, como por muito tempo ocorrera, por exemplo, com os filhos não advindos do matrimônio. Da igualdade entre os critérios de filiação decorre que o parentesco socioafetivo produz os mesmos efeitos do parentesco natural; e da possibilidade de cumulação, no mesmo indivíduo, desses vários vínculos de filiação, surge a multiparentalidade, cuja proposta “é fazer com que mais de um desses critérios possam atuar simultaneamente e produzir plenos efeitos, respeitando-se a individualidade de vida de cada ser”<sup>85</sup>.

Desse modo, as implicações jurídicas práticas da multiparentalidade são as mesmas da parentalidade tradicional, apenas sendo exercidas “por mais de um pai e/ou mais de uma mãe ao mesmo tempo. Portanto, a eficácia do parentesco, seja em aspectos pessoais ou patrimoniais, é idêntica, independentemente da origem da filiação”<sup>86</sup>.

Nesse momento, é conveniente perceber que “o registro civil de nascimento constitui um importante meio de operacionalização do instituto da multiparentalidade”<sup>87</sup>, tendo em vista ser esse o meio hábil e seguro de prova da filiação – inobstante não ser a única maneira de atestá-la. Aliás, é interessante citar que

[...] em 2009, o Conselho Nacional de Justiça fixou um modelo para elaboração das certidões de nascimento, possibilitando que não haja delimitação de quantas ou

---

<sup>84</sup> BELO HORIZONTE. Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Enunciados do IBDFAM são aprovados**. Disponível: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5194/Enunciados+do+IBDFAM>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

<sup>85</sup> PIRES, 2015, p. 51.

<sup>86</sup> Ibidem, op. cit., p. 57.

<sup>87</sup> VIEIRA, 2015, p. 93.

quais seriam as pessoas a figurar no campo filiação, o que propicia e simplifica a inclusão de mais uma figura parental no registro.<sup>88</sup>

No entanto, em 2016, o Supremo Tribunal Federal proferiu uma decisão de suma relevância na temática ora em apreço. Ao julgar o Recurso Extraordinário nº 898.060 – de repercussão geral reconhecida, saliente-se –, o Plenário fixou tese que possui, sem dúvida, caráter histórico e memorável no âmbito do direito de família brasileiro: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”<sup>89</sup>.

A tese supracitada, além de pôr fim a inúmeros questionamentos que ainda pairavam acerca do parentesco socioafetivo, consolidou, no ordenamento brasileiro, a existência da multiparentalidade – também chamada de pluriparentalidade. A decisão representa um considerável avanço na aproximação do direito à realidade social e, com ela,

o fenômeno da multiparentalidade – que já era uma realidade, não apenas no plano fático-social, mas também na experiência de diversos tribunais brasileiros – deixou de ser, definitivamente, um fato ignorado e marginalizado pelo Direito. A partir do *leading case* do STF, a tendência é que surjam, cada vez mais, decisões judiciais declarando a existência de múltiplos laços parentais aptos a gerar os efeitos jurídicos decorrentes do parentesco.<sup>90</sup>

Assim, com o reconhecimento da multiparentalidade surgem os naturais efeitos jurídicos esperados da parentalidade tradicional, os quais Schreider e Lustos dividem, de forma interessante, em a) existenciais, como a criação de impedimentos matrimoniais e o direito à guarda e visitação; e b) patrimoniais, como os direitos e deveres aos alimentos e à sucessão<sup>91</sup>. Além destes, há repercussão também

no Direito das Obrigações (por exemplo, na responsabilidade civil dos pais por atos dos filhos menores e no regime aplicável aos contratos de doação ou compra e venda entre pais e filhos), bem como em diversos outros ramos jurídicos, tais como o Direito Administrativo (vedação ao nepotismo), Eleitoral (regras de inelegibilidade), Processual (regras de suspeição do juiz e de produção de prova testemunhal), Penal (circunstância agravante da pena) e Previdenciário (benefícios para dependentes).<sup>92</sup>

No que se refere aos impedimentos matrimoniais, tal restrição ocorre em virtude do art. 1.521 do CC/02, cuja redação é clara:

Art. 1.521. Não podem casar:  
I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;

<sup>88</sup> VIEIRA, 2015, p. 94.

<sup>89</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Fixada tese de julgamento que trata de responsabilidade de pais biológicos e socioafetivos**. Disponível: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=325874>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

<sup>90</sup> SCHREIBER; LUSTOSA, 2016, p. 849.

<sup>91</sup> Ibidem, op. cit., p. 856.

<sup>92</sup> Ibidem, op. cit., loc. cit.

- II - os afins em linha reta;
- III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
- V - o adotado com o filho do adotante;
- VI - as pessoas casadas;
- VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

O direito à guarda e à visitação, por seu turno, é consequência direta da constituição do poder familiar que se dá com o estabelecimento da parentalidade. Assim, a convivência com os genitores (biológicos ou não), o dever de educação, atenção e sustento urgem como obrigação para com o indivíduo submetido à guarda de outro. Assim dispõe o art. 1.634 do CC/02, ao tratar do exercício do poder familiar:

- Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:
- I - dirigir-lhes a criação e a educação;
  - II - exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do art. 1.584;
  - III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;
  - IV - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viajarem ao exterior;
  - V - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para mudarem sua residência permanente para outro Município;
  - VI - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;
  - VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;
  - VIII - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;
  - IX - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

Há, ainda, outro relevante direito cuja essência não deixa de também se inserir – por que não? – na esfera existencial do indivíduo: o direito ao nome. Tal prerrogativa “é de extrema importância, pois, através dela, abrem-se novas possibilidades e surgem novos efeitos”<sup>93</sup>, motivo pelo qual sua existência não poderia deixar de ser citada. Assim, com o reconhecimento, há o direito à “inclusão do nome do novo cônjuge na certidão de nascimento do(s) filho(s) do outro companheiro”<sup>94</sup>.

Do mesmo modo, o direito aos alimentos é também perfeitamente aplicável ao fenômeno da multiparentalidade. É necessário ter em vista que, ainda quando um de seus critérios de constituição for o afetivo, a multiparentalidade é relação jurídica legítima e apta a produzir todos os efeitos que lhe são inerentes, sendo certo que

<sup>93</sup> GOIS, R. N.; TEIXEIRA, E. K. A. A multiparentalidade no direito brasileiro. In: SIMPÓSIO DE TCC E SEMINÁRIO DE IC, 2., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NIP, 2016, p. 851-861, p. 860.

<sup>94</sup> GOIS; TEIXEIRA, 2016, p. 860.



o reconhecimento da paternidade afetiva não configura uma concessão do direito ao laço de afeto, mas uma verdadeira relação jurídica que tem por fundamento o vínculo afetivo, único, em muitos casos, capaz de permitir à criança e ao adolescente a realização dos direitos fundamentais da pessoa humana e daqueles que lhes são próprios, a saber: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, assegurando-lhes, enfim, o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. [...]

Logo, conclui-se que, ao se reconhecer a multiparentalidade, tanto os filhos biológicos quanto os socioafetivos têm o mesmo direito a alimentos. Nesse caso, poderão pleitear em face de todos os pais e todas as mães que constem na certidão de registro de nascimento, sem prejuízo das outras pessoas previstas no Código Civil, como os avós, por exemplo.<sup>95</sup>

Desse modo, admitida a multiparentalidade, acompanham-na todos os efeitos jurídicos que lhe são consequentes. Dentre eles, há também o direito sucessório, que configura, também, mais um importante meio de garantir à criança e ao adolescente seu pleno desenvolvimento, em todos os ângulos humanos. É sobre tal temática que se passa a analisar.

#### 4.1 EFEITOS SUCESSÓRIOS DA MULTIPARENTALIDADE NA FAMÍLIA MOSAICO

Tal qual explicitado, a igualdade entre os critérios de filiação, assegurada constitucionalmente, implica na consequência inevitável de que, para todos, os efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da multiparentalidade deverão ser idênticos aos da parentalidade tradicional. Sobretudo na família mosaico, em que o referido fenômeno assume relevância ainda maior, representando verdadeiro pressuposto para a proteção integral daquela.

Já analisados os efeitos registrares, de guarda e alimentares, passa-se, finalmente, à ponderação a respeito da sucessão. E, tal qual aqueles, do mesmo modo ocorre com os direitos sucessórios: “não há que se fazer distinção ao procedimento utilizado em uma família na qual não há multiparentalidade”<sup>96</sup>, de modo que a sucessão deve produzir idênticos resultados.

Assim, entende-se que o mais razoável é permitir que o filho esteja incluso em todas as linhas sucessórias nas quais sua pluriparentalidade o inserir. Aliás, não apenas o filho é herdeiro de seus pais (sejam eles afetivos, legais ou biológicos); também os pais figuram

<sup>95</sup> GOIS; TEIXEIRA, 2016, p. 860.

<sup>96</sup> BRASILEIRO; RIBEIRO, 2016, p. 18.

como herdeiros de seus filhos – em quaisquer que sejam os critérios de filiação, repise-se –, caso estes falecessem primeiro.

Desse modo, os efeitos sucessórios da multiparentalidade na família mosaico devem observar os termos dos arts. 1.829 e 1.845 a 1.847 do CC/02, a respeito da ordem de vocação hereditária e de preferência. Assim dispõem os referidos artigos:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais.

[...]

Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Art. 1.846. Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima.

Art. 1.847. Calcula-se a legítima sobre o valor dos bens existentes na abertura da sucessão, abatidas as dívidas e as despesas do funeral, adicionando-se, em seguida, o valor dos bens sujeitos a colação.

A abertura da sucessão é a imediata consequência da morte do indivíduo; aliás, é também a morte que põe fim a existência da pessoa humana. De acordo com o art. 1.784 do CC/02, com a abertura da sucessão, a herança é transmitida, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários, incluindo, portanto, também os filhos (ou pais) oriundos da multiparentalidade. É o chamado princípio da *saisine*, ou seja, de transmissão automática da herança com a morte:

Efetivamente, com a abertura da sucessão (= morte da pessoa humana), todas as suas relações patrimoniais (ativas e passivas) são transmitidas automática e imediatamente para os seus herdeiros. É como se o próprio autor da herança, em seu último suspiro de vida, no limiar de sua morte, estivesse, com as próprias mãos, transmitindo o seu patrimônio.

Não há entre a morte (= abertura da sucessão) e a transmissão do patrimônio qualquer intervalo de tempo. Por isso, os herdeiros sucedem imediatamente o defunto, adquirindo o patrimônio desde o momento em que o causante faleceu.<sup>97</sup>

Tal transferência, registre-se, é incondicional: não depende da prática de algum ato pelo herdeiro, tampouco pelo juiz, para se operar. Nesse sentido, portanto, a abertura da sucessão e a abertura do inventário são eventos distintos e inequívocos:

Não se pode confundir, efetivamente, **abertura da sucessão**, que se opera com a morte (real ou presumida sem ausência), com a **abertura do inventário**, que ocorrerá, posteriormente ao óbito, em juízo ou em cartório, através de um

<sup>97</sup> FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil: sucessões**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 64.

procedimento tendente a promover a partilha dos bens deixados ou a adjudicação deles.<sup>98</sup> [grifos nossos]

Da literalidade do rol presente no art. 1.829, portanto, tem-se que serão chamados, primeiramente, os descendentes e, em seguida, os ascendentes, cônjuge e parentes colaterais (irmãos, sobrinhos, primos, tios, etc.). O texto não diferencia, em nenhum momento, se o parentesco advindo das citadas relações seria único, plúrimo ou mesmo oriundo de um ou outro critério de filiação. Não há, portanto, qualquer óbice legislativo à idêntica atribuição de direitos sucessórios à multiparentalidade, cuja existência adquire, na família mosaico, sentido ainda maior. No caso da multiparentalidade, no entanto, acredita-se que devem ser observadas as regras aplicáveis aos casos em que os herdeiros são vários:

Havendo uma pluralidade de herdeiros, a incidência de *saisine* estabelece a formação de um condomínio e de uma composses, automaticamente, entre eles, uma vez que a herança é universal e indivisível. Somente depois, com a partilha (judicial ou extrajudicial), é que será dissolvido o condomínio e a composses formados automaticamente.<sup>99</sup>

Nesse momento, é de suma importância ressaltar que, doutrinariamente, são apresentados vários questionamentos, no âmbito sucessório, acerca das consequências do reconhecimento da multiparentalidade, sobretudo nas “hipóteses de multiparentalidade superveniente, em que novo vínculo parental se forma somando-se aos já existentes”<sup>100</sup> ou, mesmo, quando é *post mortem*. Cassetari enumera alguns:

[...] vários são os problemas que podem ocorrer com a multiparentalidade, tais como: quem irá autorizar a emancipação e o casamento de filhos menores, quem aprovará o pacto antenupcial do menor, quem representará os absolutamente incapazes e quem assistirá os relativamente, quem irá exercer o usufruto dos pais com relação aos bens dos filhos enquanto menores, quando os filhos menores serão postos na tutela, como será dividida a pensão alimentícia entre os vários pais e se o filho é obrigado a pagar todos eles, como será feita a suspensão do poder familiar, quem dos vários pais, será, também, responsável pela reparação civil, como será contada a prescrição entre pais e filhos e seus ascendentes e a quem será atribuída a curadoria do ausente.<sup>101</sup>

Primeiramente, frise-se que a existência de todas essas problematizações não deve ser encarada na perspectiva de ameaçar a atribuição de efeitos sucessórios à multiparentalidade, nomeadamente na família mosaico. Ao revés, servem elas para auxiliar o aperfeiçoamento e a

<sup>98</sup> Ibidem, op. cit., p. 65.

<sup>99</sup> FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 66-67.

<sup>100</sup> SCHREIBER; LUSTOSA, 2016, p. 858.

<sup>101</sup> CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 235.

melhor compreensão do referido fenômeno, a fim de melhor pensar soluções capazes de assegurar os direitos dos indivíduos na complexa realidade da família dos tempos atuais.

A respeito, ademais, da resposta jurídica para as citadas questões, o direito deve olhá-las a partir de uma hermenêutica sistemática e integrada do ordenamento como um todo, de modo que

[...] todas essas questões são passíveis de solução com base na interpretação da legislação vigente de forma que estenda sua aplicabilidade a todos os pais e/ou mães, podendo o filho socorrer-se do judiciário no caso de discordância ou falta de anuência de qualquer dos genitores.<sup>102</sup>

Isso porque tanto o direito de família quanto o direito sucessório devem ser compreendidos a partir do olhar constitucional, considerando todos os princípios já aduzidos nessa pesquisa e tantos outros que lhes forem aplicáveis. Aliás, vários são os métodos de solução de controvérsias, utilizados pelo direito, nas hipóteses em que inexista previsão legal.

Desse modo, entende-se que todas as eventuais polêmicas que possam advir da aplicação do instituto da multiparentalidade na família mosaico devem ser solvidas não apenas de acordo com as peculiaridades dos respectivos casos concretos, mas, também, considerando os princípios constitucionais, normas de direito internacional e demais métodos integrativos do direito – a exemplo da analogia, equidade, costumes, etc. –, sempre assegurando o adequado reconhecimento da situação pelo ordenamento.

Aliás, acrescente-se que, “ainda que possa soar inusitado, o fato de uma pessoa ter direitos sobre heranças de diversos ascendentes em primeiro grau não encontra obstáculo na ordem constitucional vigente”<sup>103</sup>. Assim, mesmo quando há outros filhos anteriores ao reconhecimento da multiparentalidade, os vínculos de filiação devem ser encarados de maneira isonômica pelo direito, motivo pelo qual, qualquer que seja o momento de verificação da pluriparentalidade, iguais efeitos sucessórios devem lhe ser garantidos.

Assim, independentemente da origem do vínculo, o filho será herdeiro necessário e terá direito à legítima. Ter direitos sucessórios em relação aos pais biológicos e, ao mesmo tempo, em relação aos pais socioafetivos não ofende qualquer norma jurídica, ao contrário, apenas realiza a plena igualdade entre os filhos assegurada pela Constituição. Ter um, dois, três ou até mais vínculos parentais decorre de contingências da vida, de modo que não há problema em haver irmãos legitimados a suceder em heranças distintas de seus respectivos ascendentes. Tanto é assim que não se questiona quando alguém que não tenha pai registral divide a herança da mãe com outros herdeiros que têm dois pais.<sup>104</sup>

<sup>102</sup> MUNHOZ, Milena. **A filiação socioafetiva e o reconhecimento da multiparentalidade no ordenamento jurídico brasileiro**. 2016. 41 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)–Faculdade de Direito, Universidade Tuiuti do Paraná, p. 34.

<sup>103</sup> SCHREIBER; LUSTOSA, 2016, p. 859.

<sup>104</sup> Ibidem, op. cit., loc. cit.

Compreendidos, portanto, os efeitos sucessórios decorrentes do reconhecimento da multiparentalidade na família mosaico, bem como suas eventuais problemáticas, passa-se à investigação de como tal fenômeno vem sendo tratado pela jurisprudência pátria.

## 4.2 O OLHAR JURISPRUDENCIAL SOBRE O TEMA

Para a adequada atribuição de todos os efeitos, inclusive sucessórios, à multiparentalidade na família mosaico, a interpretação conforme os princípios constitucionais exerce papel fundamental. É necessário que o direito esteja comprometido em acompanhar a realidade social para que possa prestar o reconhecimento adequado ao referido instituto, motivo pelo qual a análise jurisprudencial da temática afigura-se indispensável no estudo que busque delinear os atuais contornos da questão.

Primeiramente, saliente-se que, tal qual já adiantado na presente pesquisa, o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 898.060, em setembro de 2016, representou um precedente emblemático nesse sentido. Com ele, a multiparentalidade (ou pluriparentalidade) teve sua existência finalmente consolidada na jurisprudência brasileira, em uma decisão da Corte Suprema dotada de repercussão geral.

O citado recurso extraordinário foi interposto pelo pai biológico que, sob o fundamento de que a alimentante já possuía pai socioafetivo – inserido, inclusive, em sua certidão de nascimento – insurgiu-se contra decisão, proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que o obrigava, dentre outras obrigações, à prestação alimentícia. A relatoria coube ao Ministro Luiz Fux, que votou de que a paternidade socioafetiva não exclui a biológica e, assim sendo, todos os efeitos decorrentes devem ser igualmente atribuídos; o voto foi seguido pelos ministros Rosa Weber, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cármen Lúcia.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. CONFLITO ENTRE PATERNIDADES SOCIOAFETIVA E BIOLÓGICA. PARADIGMA DO CASAMENTO. SUPERAÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. EIXO CENTRAL DO DIREITO DE FAMÍLIA: DESLOCAMENTO PARA O PLANO CONSTITUCIONAL. SOBREPRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA (ART. 1º, III, DA CRFB). SUPERAÇÃO DE ÓBICES LEGAIS AO PLENO DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS. DIREITO À BUSCA DA FELICIDADE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL IMPLÍCITO. INDIVÍDUO COMO CENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS REALIDADES FAMILIARES A MODELOS PRÉ-CONCEBIDOS. ATIPICIDADE CONSTITUCIONAL DO CONCEITO DE ENTIDADES FAMILIARES. UNIÃO ESTÁVEL (ART. 226, § 3º, CRFB) E FAMÍLIA MONOPARENTAL (ART. 226, § 4º, CRFB). **VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO**

**E HIERARQUIZAÇÃO ENTRE ESPÉCIES DE FILIAÇÃO (ART. 227, § 6º, CRFB). PARENTALIDADE PRESUNTIVA, BIOLÓGICA OU AFETIVA. NECESSIDADE DE TUTELA JURÍDICA AMPLA. MULTIPLICIDADE DE VÍNCULOS PARENTAIS. RECONHECIMENTO CONCOMITANTE. POSSIBILIDADE. PLURIPARENTALIDADE. PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL (ART. 226, § 7º, CRFB). RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. FIXAÇÃO DE TESE PARA APLICAÇÃO A CASOS SEMELHANTES. [...]**

Agora é possível que pessoas tenham vários pais. Identificada a pluriparentalidade, é necessário reconhecer a existência de múltiplos vínculos de filiação. Todos os pais devem assumir os encargos decorrentes do poder familiar, sendo que o filho desfruta de direitos com relação a todos. **Não só no âmbito do direito das famílias, mas também em sede sucessória.** (STF – RE 898.060, Relator Ministro Luiz Fux, Data de Julgamento: 21/09/2016, Data de Publicação: DJE 29/09/2016)<sup>105</sup> [grifos nossos]

Do citado julgado, portanto, constata-se que, não obstante se referir a uma hipótese de direito a alimentos, sua aplicável é também perfeitamente cabível no âmbito sucessório, de modo que a multiparentalidade deve produzir idênticos efeitos jurídicos também nessa seara. Baseando-se nele, várias outras decisões judiciais conferiram o direito à sucessão nos casos de pluriparentalidade, confirmando sua supremacia jurisprudencial, tal qual o Agravo de Instrumento 4016491-15.2016.8.24.0000, cuja decisão data de maio de 2017:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUCESSÕES E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM C/C PETIÇÃO DE HERANÇA. – LIMINAR DEFERIDA NA ORIGEM. RECURSO DA MÃE BIOLÓGICA. VÍNCULO SOCIOAFETIVO. POSSIBILIDADE. MULTIPARENTALIDADE. PRECEDENTE DO STF. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. RESERVA DE QUINHÃO. CABIMENTO.** - "Havendo fortes indícios da paternidade, impõe-se deferimento de tutela de urgência para assegurar ao autor reserva de parte dos bens deixados por seu indigitado genitor, na proporção do quinhão que eventualmente terá direito". DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. [...]

**Jurisprudencialmente, a controvérsia restou equacionada com o julgamento do Recurso Extraordinário n. 898.060/SP, o qual reconheceu a viabilidade da concomitância de paternidades distintas em apreço ao melhor interesse da criança e do adolescente, firmando a tese em regime de repercussão geral (Tema 622) [...]**

Dentre o embate firmado entre a prevalência de uma modalidade parental ou de outra, exsurgiu o advento da **multiparentalidade enquanto opção a propiciar maior eficácia na contemplação dos interesses de todos os envolvidos, na medida em que, através de sua adoção, nenhuma das paternidades precisa ser excluída.**

Além de albergar os interesses de ambos os pais, o instituto prima essencialmente pelo melhor interesse da criança, o qual, com efeito, tem de prevalecer frente ao dos demais envolvidos, em decorrência da especial proteção concedida pela Constituição Federal aos seres humanos em incipiente estágio de desenvolvimento. (TJSC – Agravo de instrumento 40164911520168240000, Relator Desembargador Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 30/07/2017)<sup>106</sup> [grifos nossos]

<sup>105</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário nº 898.060**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

<sup>106</sup> SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de instrumento 40164911520168240000**. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/471920247/agravo-de-instrumento-ai-40164911520168240000-joinville-4016491-1520168240000>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

No caso, o agravante procurava caçar a decisão prolatada pelo juiz de primeiro grau que concedia, liminarmente, a reserva de quinhão de herança ao agravado em virtude da paternidade socioafetiva. O TJSC, por seu turno, manteve a referida determinação, entendendo que a multiparentalidade representa grande modernização no âmbito do direito de família, cuja existência é indubitável e motivo pelo qual os efeitos sucessórios lhe são, aprioristicamente – visto que se trata de juízo liminar –, igualmente aplicáveis.

No Tribunal de Justiça da Paraíba, também há precedentes interessantes acerca da multiparentalidade. Na Apelação nº 0062601-74.2014.8.15.2001, a Corte local assim decidiu:

EMENTA: AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO CIVIL DE MENOR. PATERNIDADE BIOLÓGICA DO FILHO FALECIDO DOS AUTORES. **VÍNCULO SOCIOAFETIVO DO ATUAL ESPOSO DA MÃE BIOLÓGICA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECONHECIMENTO DAS PATERNIDADES GENÉTICA E SOCIOAFETIVA.** RETIFICAÇÃO DE ASSENTO CIVIL. APELAÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO COM FULCRO ART. 1.604 DO CÓDIGO CIVIL. LEGITIMIDADE ATIVA DE QUEM TEM INTERESSE MORAL OU ECONÔMICO NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO ASSENTAMENTO. AVÓS PATERNOS. **POSSIBILIDADE. REJEIÇÃO. MÉRITO. INFANTE REGISTRADO POR QUEM NÃO É O PAI BIOLÓGICO. TESE DA PREVALÊNCIA DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA EM DETRIMENTO DA BIOLÓGICA. NOVO PARADIGMA ADOTADO PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. MULTIPLICIDADE DE VÍNCULOS PARENTAIS. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO CONCOMITANTE.** PATERNIDADE BIOLÓGICA RECONHECIDA E PATERNIDADE REGISTRAL MANTIDA. PROVIMENTO NEGADO. 1. “Cuida-se de ação anulatória de registro de nascimento fundada em vício de consentimento, com amparo no art. 1.604 do CC, a qual é suscetível de ser intentada não apenas por parentes próximos do falecido, mas também por outros legítimos interessados, seja por interesse moral ou econômico.” (REsp 1497676/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 31/05/2017) 2. “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais” (STF, Recurso Extraordinário 898.060-SP, Rel. Min. Luiz Fux, Ata nº 29, de 22/09/2016, DJe nº 209, divulgado em 29/09/2016). [...] No caso vertente, a existência do vínculo socioafetivo do pai registral com o menor restou demonstrada às f. 62/100, todavia, esse fato não obsta o reconhecimento do estado de filiação concomitante baseada na origem biológica, notadamente quando o pai genético falece antes do nascimento do filho, impedindo a solidificação do relacionamento afetivo entre eles e, ainda, entre o infante e os demais familiares do genitor. Considerando, portanto, que os Recorrentes não indicam justificativa plausível para excluir a paternidade biológica e a relação avoenga requestada, é impositiva a coexistência das paternidades afetiva e genética. (TJPB – Apelação nº 00626017420148152001, Relator Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, Data de Julgamento: 12/09/2017, Data de Publicação: DJe 19/09/2017)<sup>107</sup> [grifos nossos]

<sup>107</sup> PARAÍBA. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação nº 00626017420148152001**. Disponível em: <<http://tjpb-jurisprudencia-dje.tjpb.jus.br/dje/2017/9/18/837282a1-d319-4f77-ab74-fb3b6fd924e8.pdf>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

Na apelação supracitada, os recorrentes, filhos de um genitor falecido, buscavam desconstituir sentença que reconhecia como filho do *de cujus* também outro indivíduo, que perquiria o reconhecimento da paternidade biológica daquele mesmo diante da paternidade socioafetiva que possuía em relação a outro pai. Para tanto, asseveraram que a investigação de paternidade não seria o instrumento próprio para substituir paternidades, tampouco que não havia convivência do falecido com o menor requerente do reconhecimento.

Na situação houve, inclusive, parecer da Procuradoria de Justiça opinando que “deve prevalecer a multiparentalidade, não sendo possível negar aos avós paternos biológicos o direito de ver reconhecida a paternidade biológica do seu falecido filho”, vez que os autores da ação eram pais do genitor falecido – e, portanto, avós do menor que obtivera o reconhecimento biológico na sentença. Ao final, foi atribuído o reconhecimento da paternidade socioafetiva e biológica, de forma concomitante, ao indivíduo, seguindo a decisão proferida pelo STF no RE 898.060.

Em outro caso, o TJSC, na Apelação nº 0020475-50.2009.8.24.0023, houve também o reconhecimento da multiparentalidade, atribuindo-lhe todos os efeitos patrimoniais consequentes – inclusive sucessórios, portanto. In verbis:

**APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE POST MORTEM. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DOS RÉUS. PEDIDO DE DESISTÊNCIA ATINENTE A UM DOS RECURSOS. POSSIBILIDADE, CONFORME PREVISÃO DO ARTIGO 998 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO QUE SE IMPÕE. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO ESPÓLIO DO FALECIDO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. RECURSO NÃO CONHECIDO EM RELAÇÃO A ESTE APELANTE. MÉRITO. PREVALÊNCIA DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA SOBRE O VÍNCULO BIOLÓGICO. IMPOSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA MODERNA QUE APONTA PELA VIABILIDADE DE RECONHECER AMBOS OS VÍNCULOS DE FILIAÇÃO CONCOMITANTEMENTE. PRECEDENTE DO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL CONSAGRANDO A TESE DA MULTIPARENTALIDADE. ATRIBUIÇÃO DOS EFEITOS PATRIMONIAIS, ADEMAIS, QUE CONSTITUI CONSEQUÊNCIA DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO, COM EXCEÇÃO DO INTERPOSTO PELO ESPÓLIO, E DESPROVIDO.**

[...] Diante disso, considerando que a jurisprudência tem caminhado no sentido de possibilitar aos filhos a manutenção em seu assento registral de ambos os pais, com os consequentes efeitos patrimoniais decorrentes de tal reconhecimento, não há como subsistir a tese aventada pelos apelantes.

**Assim sendo, ainda que tenha sido demonstrado nos autos que o autor mantém forte vínculo afetivo com seu pai registral – o que é inegável, porque trata-se, na realidade, de seu avô –, não há como dar preferência a tal filiação em detrimento do vínculo biológico, tal como pretendido pelos recorrentes.**

**Outrossim, inviável o reconhecimento da paternidade sem atribuir os efeitos patrimoniais, notadamente o direito sucessório, pois, como visto, a moderna jurisprudência tem admitido a coexistência dos vínculos socioafetivo e biológico com todas as consequências jurídicas, de modo que deve ser mantida a sentença tal qual lançada. (TJSC – Apelação nº 00204755020098240023, Relator**



Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior, Data de Publicação: DJE 20/09/2017)<sup>108</sup> [grifos nossos]

Na hipótese, a apelação pretendia modificar a sentença que, nos autos da ação de investigação de paternidade post mortem, julgou procedente o pedido inicial para reconhecer a paternidade biológica do autor em relação ao falecido genitor, com os respectivos efeitos decorrentes (nome registral, sucessórios, etc.). Os recorrentes argumentaram que o reconhecimento da paternidade post mortem não geraria efeitos sucessórios, pois o autor já possuía paternidade socioafetiva reconhecida em relação a outro genitor – argumentação muito semelhante, observe-se, aos outros casos já comentados.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no entanto, entendeu pela aplicação do entendimento firmado pelo STF no RE 898.060 ao caso então sob apreço, mantendo ambos os registros – socioafetivo e biológico – e lhes aplicando igualmente os efeitos patrimoniais devidos, inclusive os sucessórios.

---

<sup>108</sup> SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação nº 00204755020098240023**. Disponível em: <<http://busca.tjsc.jus.br/dje-consulta/rest/diario/caderno?edicao=2671&cdCaderno=1>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filiação é o instituto categórico da parentalidade; é ela que constitui de modo legítimo e indene de dúvidas a relação parental, atribuindo, simultaneamente, todos os efeitos jurídicos que lhe são decorrentes. Como visto, são três os principais critérios de filiação apontados doutrinariamente: jurídico (ou legal), biológico e socioafetivo. E, registre-se, estão em pé de igualdade: não há prevalência de um sobre outro, de modo que todos os critérios de filiação devem ser tratados de forma isonômica e, além disso, poderão cumular-se.

Dessa constatação fundamental surge o fenômeno da multiparentalidade, situação na qual o indivíduo concentra uma pluralidade de relações parentais: possui dois (ou mais) pais, mães ou, mesmo, filhos (sendo um relativo a um critério e outro relativo a outro critério, como biológico e socioafetivo, por exemplo). Trata-se de instituto peculiar à hodiernidade, em que há verdadeira diversidade de realidades familiares, vínculos e construções afetivas, cuja existência o direito não pode mais invisibilizar.

Não há, portanto, terreno mais apropriado para a aplicação da multiparentalidade senão na família mosaico – também chamada de pluriparental –, cuja grande característica é a multiplicidade de liames nela contidos, advindos da recomposição familiar. Nessa modalidade de família, indivíduos malsucedidos em relacionamentos anteriores, dos quais pelo menos um parceiro leva consigo filho(s), tentam novamente constituir um novo núcleo familiar, em busca da felicidade e do amor mútuos. Na família pluriparental, ocorre um “acréscimo” aos vínculos antecedentes, sendo inevitável o envolvimento recíproco de cada um deles: o filho que já possui pai biológico passa a enxergar a figura paterna também em seu padrasto, e vice-versa, por exemplo.

Em verdade, é como se, entre ambos os institutos – da multiparentalidade e da família mosaico –, houvesse verdadeira relação de complementaridade: o primeiro funciona como o reconhecimento jurídico integral da realidade concreta que é o segundo. Um é o mundo jurídico; outro, o fático. Entende-se, portanto, que a multiparentalidade constitui pressuposto relevante para a total abrangência da complexa existência da família pluriparental e, reciprocamente, que aquele instituto possui nesta seu maior significado, inexistindo outro espaço em que produza maior sentido e relevância.

Da igualdade entre as filiações, decorre a constatação de que devem ser aplicados à multiparentalidade os idênticos efeitos sucessórios da parentalidade tradicional – inclusive,

repise-se, quando aquela se der na família mosaico. O tema da multiparentalidade, não obstante ser ainda recente, tem sido cada vez mais reconhecido pela jurisprudência pátria, sobretudo após a decisão emblemática do Supremo Tribunal Federal no RE nº 898.060 que, em 2016, com repercussão geral reconhecida, consolidou a existência – e os efeitos jurídicos consequentes, mesmo sucessórios – da multiparentalidade.

Registre-se, no entanto, que, para a total e adequada compreensão dos efeitos sucessórios da multiparentalidade na família mosaico, é necessário uma interpretação comprometida com os direitos fundamentais e, sobretudo, principiológica, atribuindo ao comando legal e ao instituto uma leitura constitucionalizada. Isso porque, em linhas gerais, a temática constitui mais uma construção doutrinária e jurisprudencial do que propriamente legislativa – o que, repise-se, não deve significar a ausência de reconhecimento jurídico a ela. Se o direito deve proteger integralmente os diversos arranjos familiares, garantindo-lhes máxima eficácia jurídica e atribuindo proteção à instituição familiar – que constitui espaço de desenvolvimento e formação dos indivíduos –, não há dúvida de que, para a consecução de tal mister, devem ser igualmente atribuídos os devidos efeitos sucessórios à multiparentalidade na família mosaico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renata Barbosa de; RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. **Direito civil: famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BELO HORIZONTE. Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Enunciados do IBDFAM são aprovados**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5194/Enunciados+do+IBDFAM>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo regimental no agravo em recurso especial 609856 SP 2014/0269156-8**. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/189910793/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-609856-sp-2014-0269156-8>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário nº 898.060**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Fixada tese de julgamento que trata de responsabilidade de pais biológicos e socioafetivos**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=325874>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

BRASILEIRO, A. M.; RIBEIRO, J. C. Multiparentalidade no contexto da família reconstituída e seus efeitos jurídicos. In: **Revista online FADIVALE**, Governador Valadares, n. 13, p. 1-22, 2016.

BRITO, Laura Souza Lima e. Família e parentesco: direito e antropologia. In: **Revista Discente Direito GV**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 76-92, jul./13.

CARDOSO, G. M.; BRAMBILLA, P.; et. al. A evolução histórica da instituição familiar e o conceito de família. In: ENCONTRO TOLEDO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PROF. DR. SEBASTIÃO JORGE CHAMMÉ. 11., 2015, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: SEER, 2015. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/view/4951/4812>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DISTRITO FEDERAL. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado nº 256**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/501>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global Editora, 1986.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Direito das famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito civil: sucessões**. São Paulo: Atlas, 2015.

FERREIRA, J. S. A. B. N.; RÖRHMANN, K. As famílias pluriparentais ou mosaicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA: FAMÍLIA E DIGNIDADE, 5., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: IOB Thomson, 2006, p. 507-530.

GOIS, R. N.; TEIXEIRA, E. K. A. A multiparentalidade no direito brasileiro. In: SIMPÓSIO DE TCC E SEMINÁRIO DE IC, 2., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NIP, 2016, p. 851-861.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRAMSTRUP, E. F.; DIAS, P. C. Multiparentalidade forçada. In: **Revista de Direito de Família e Sucessão**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 65-80, jul./dez. 2016.

GRISARD FILHO, Waldyr. A Questão do Dinheiro nas Famílias Reconstituídas. In: **Revista Síntese Direito de Família**, São Paulo, v. 15, n. 87, p. 52-54, dez. 2014/jan. 2015.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Maranhão. **Apelação 00007289020078100115**. Disponível em: <<https://tj-ma.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/160160631/apelacao-apl-190482013-ma-0000728-9020078100115/inteiro-teor-160160649?ref=juris-tabs#>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

MUNHOZ, Milena. **A filiação socioafetiva e o reconhecimento da multiparentalidade no ordenamento jurídico brasileiro**. 2016. 41 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)–Faculdade de Direito, Universidade Tuiuti do Paraná.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação 00315411920108152003**. Disponível em: <<https://tjpb.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/255248892/apelacao-apl-315411920108152003-0031541-1920108152003>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Apelação nº 00626017420148152001**. Disponível em: <<http://tjpb-jurisprudencia-dje.tjpb.jus.br/dje/2017/9/18/837282a1-d319-4f77-ab74-fb3b6fd924e8.pdf>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

PAULO, Beatrice Marinho. A relação fraterna nas novas configurações familiares: vínculo psicossocioafetivo. In: **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, Porto Alegre, v. 10, n. 8, p. 93-103, fev./mar. 2009.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEREIRA, Tânia da Silva. Famílias possíveis: novos paradigmas na convivência familiar. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Afeto, ética, família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 648-649.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça de Pernambuco. **Apelação 1960072**. Disponível em: <<https://tj-pe.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/155274016/apelacao-apl-1960072-pe>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

PIRES, Nadjara das Neves. **Multiparentalidade: novas perspectivas para os arranjos familiares atuais**. 2015. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)–Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RENDWANSKI, M. R. **O conceito jurídico de família a partir da pluralidade de figuras existentes no ordenamento brasileiro atual**. 2012. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)–Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ROCHA, J. S. C. F.; CURY, P. J. S.; ROCHA, R. F. Breve ensaio sobre família: da pré-história à contemporaneidade. In: **Revista Jus Populis**, Barretos, v. 1, n. 1, p. 243-268, jan./jun. 2015.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de instrumento 40164911520168240000**. Disponível em: <<https://tjsc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/471920247/agravo-de-instrumento-ai-40164911-520168240000-joinville-4016491-1520168240000>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação nº 00204755020098240023**. Disponível em: <<http://busca.tjsc.jus.br/dje-consulta/rest/diario/caderno?edicao=2671&cdCaderno=1>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

SANTOS, E. **Direito de Família**. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

SANTOS, L. O.; TURCINOVICBONDEZAN, D. O direito de visita após o rompimento da pluriparentalidade. In: **Revista Jus Societas**, Paraná, n. 13, p. 41-46, jan./jun. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

SARTI, Cynthia A. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 21-36.

SCHAUREN, M. L.; BERTANI, B. C. Registro civil dos filhos oriundos de família multiparental. In: **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 5, n. 2, p. 65-78, 2013.

SCHREIBER, A.; LUSTOSA, P. F. Efeitos jurídicos da multiparentalidade. In: **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 847-873, set./dez. 2016.

SCHWERZ, Vanessa Paula. Multiparentalidade: possibilidade e critérios para o seu reconhecimento. In: **Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional**, v. 1, n. 3, p. 192-221, dez. 2015.

TEIXEIRA, A. C. B.; RODRIGUES, R. L. A multiparentalidade como nova estrutura de parentesco na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 9-38, abr./jun. 2015.

VENOSA, S. S. **Direito civil: direito de família**. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, Carla Eduarda de Almeida. Multiparentalidade: benefícios e efeitos jurídicos do seu reconhecimento pelo direito. In: **Revista do Curso de Direito UNIFOR**, Formiga, v. 6, n. 2, p. 78-98, jul./dez. 2015.

VILLELA, João Baptista. Desbiologização da paternidade. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 21, p. 400 – 418, 1979.

WELTER, Belmiro Pedro. **Teoria Tridimensional do Direito de Família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 2009b.